

Banco Fator S.A.
Demonstrações Financeiras
Consolidadas em IFRS

31 de dezembro 2012 e 2011

Relatório dos auditores independentes sobre demonstrações financeiras

Aos
Administradores e acionistas do
Banco Fator S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Fator S.A. e suas controladas (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Fator S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standard Board - IASB".

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, enfatizamos que conforme mencionado na nota explicativa 24(b), o Banco possui contabilizados créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 35.864 mil. A realização desses créditos tributários está condicionada à geração de lucros tributáveis futuros.

São Paulo, 28 de março de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Braga Perdigão
Contador CRC-1CE013803/O-8-"S"-SP

BANCO FATOR S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2012	2011
DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	4	3.302	4.245
ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO		956.336	1.122.760
Instrumentos de dívida	9	803.261	958.918
Instrumentos de patrimônio	10	150.608	163.064
Derivativos	11	2.467	778
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA		-	477.373
Instrumentos de dívida	9	-	476.301
Instrumentos de patrimônio	10	-	1.072
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS		269.981	257.895
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	5	152.256	91.759
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6	69.037	158.822
Outros empréstimos e recebíveis	7	48.688	7.314
PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS	12	216	344
ATIVO TANGÍVEL	13	8.289	9.957
ATIVO INTANGÍVEL	14 e 15	7.487	7.629
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS		55.997	58.490
Correntes		20.133	21.468
Diferidos	24	35.864	37.022
OUTROS ATIVOS	16	222.286	223.141
TOTAL DO ATIVO		1.523.895	2.161.834

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO FATOR S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2012	2011
PASSIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO		<u>2.171</u>	<u>1.450</u>
Derivativos	11	2.171	1.450
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		<u>752.582</u>	<u>1.377.773</u>
Depósitos de instituições financeiras	17	398.336	844.711
Depósitos de clientes	18	325.868	395.904
Obrigações por títulos e valores mobiliários	19	25.868	115.271
Outros passivos financeiros	20	2.510	21.887
PASSIVOS POR CONTRATOS DE SEGURO	21	202.173	213.224
PROVISÕES		<u>20.895</u>	<u>20.196</u>
Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões	22	20.895	20.196
PASSIVOS FISCAIS		<u>27.275</u>	<u>25.679</u>
Correntes		9.941	7.900
Diferidos	24	17.333	17.779
OUTRAS OBRIGAÇÕES	23	90.541	108.707
TOTAL DO PASSIVO		<u>1.095.638</u>	<u>1.747.029</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	27	230.000	230.000
Reservas	27	198.256	182.678
Ajuste ao valor de mercado de TVM e derivativos		-	2.125
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>428.256</u>	<u>414.803</u>
PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	25	1	2
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.523.895</u>	<u>2.161.834</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO FATOR S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro básico e diluído)

	Nota	2012	2011
Receitas com juros e similares	28	118.376	197.843
Despesas com juros e similares	29	(84.304)	(152.532)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS		34.072	45.311
Receita de tarifas e comissões	30	97.366	108.263
Despesas de tarifas e comissões	30	(15.079)	(11.811)
Ganhos com ativos e passivos financeiros (líquidos)	31	37.591	2.762
Diferenças cambiais (líquidas)	32	-	(419)
Prêmios de seguros	33	125.450	112.481
Despesas de sinistros e movimentação dos passivos de seguros	34	(28.512)	(35.025)
Resultado com operações de resseguro		(52.280)	(41.462)
Outras receitas (despesas) operacionais	35	(12.604)	(18.592)
TOTAL DE RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS		186.004	161.508
Despesas com pessoal	36	(94.390)	(99.293)
Outras despesas administrativas	37	(50.737)	(65.442)
Depreciação e amortização		(3.111)	(3.105)
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (líquidos) - Empréstimos e recebíveis		2.163	646
Perdas por redução ao valor recuperável de outros ativos (líquidos)		(446)	(705)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não circulantes destinados à venda	38	-	2.827
LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		39.482	(3.564)
Impostos sobre a renda	24	(22.588)	(8.248)
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		16.894	(11.812)
Lucro/Prejuízo atribuível à controladora		16.894	(11.780)
Lucro/Prejuízo atribuível às participações minoritárias		-	(32)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

BANCO FATOR S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro/Prejuízo líquido consolidado do exercício	16.894	(11.814)
Outros resultados abrangentes receitas/despesas		
Investimentos financeiros disponíveis para venda	(2.125)	2.014
Valor justo ganho	-	3.357
Imposto de renda	1.416	(1.343)
Transferência para o resultado do exercício	(3.541)	-
Total	<u>14.769</u>	<u>(9.800)</u>
Atribuível à controladora	14.769	(9.766)
Atribuível às participações minoritárias	-	(34)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO FATOR S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de lucros		Resultado abrangente	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total atribuível ao controlador	Participação de acionistas Minoritários	Total
		Legal	Estatutária	Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos				
Saldo em 31 de dezembro de 2010	230.000	18.151	204.807	111	-	453.069	224	453.293
Ajuste ao valor justo de TVM	-	-	-	2.014	-	2.014	-	2.014
Outros	-	-	-	-	-	-	(188)	(188)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(11.780)	(11.780)	(34)	(11.814)
Destinação do resultado:								
- Dividendos	-	-	(28.500)	-	-	(28.500)	-	(28.500)
- Reserva	-	-	(11.780)	-	11.780	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	230.000	18.151	164.527	2.125	-	414.803	2	414.805
Mutações do exercício	-	-	(40.280)	2.014	-	(38.266)	(222)	(38.488)
	Capital Social	Reservas de lucros		Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total atribuível ao controlador	Participação de acionistas Minoritários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	230.000	18.151	164.527	2.125	-	414.803	2	414.805
Ajuste ao valor justo de TVM	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para o resultado	-	-	-	(2.125)	-	(2.125)	-	(2.125)
Outros	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	16.894	16.894	-	16.894
Destinação do resultado:								
- Dividendos	-	-	-	-	(1.316)	(1.316)	-	(1.316)
- Reserva	-	277	15.301	-	(15.578)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	230.000	18.428	179.828	-	-	428.256	1	428.257
Mutações do exercício	-	277	15.301	(2.125)	-	13.453	(1)	13.452

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO FATOR S.A.**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011**

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	16.894	(11.812)
Ajustes ao lucro		
Depreciação do ativo tangível	1.676	2.188
Amortização do ativo intangível	1.435	544
Mudanças nos créditos tributários e passivos fiscais diferidos	2.127	(3.654)
Constituição de provisões	700	(5.111)
Outros	(1)	(190)
(Aumento) decréscimo líquido nos ativos operacionais	688.577	123.284
Ativos financeiros para negociação	166.425	112.239
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	-	87.310
Ativos mantidos até o vencimento	-	423.348
Ativos financeiros disponíveis para venda	473.832	(472.971)
Empréstimos e recebíveis	41.734	55.607
Participação em coligadas	128	(344)
Outros ativos	6.458	(81.905)
Aumento (decrécimo) líquido nos passivos operacionais	(49.189)	128.149
Passivos financeiros para negociação	720	(1.072)
Pagamentos de contingências	-	(36)
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	(19.377)	1.248
Passivos de seguros	(11.051)	104.010
Outras obrigações	(19.481)	23.999
Total do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	662.220	233.398
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Ativo tangível	(177)	5.918
Ativo intangível	(1.124)	(6.936)
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	(1.301)	(1.018)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recursos de depósitos de instituições financeiras e de clientes	(605.815)	(221.727)
Dividendos pagos	-	(28.500)
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	(605.815)	(250.227)
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	55.104	(17.847)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4.311	22.158
Caixa e equivalentes de caixa em 31 dezembro	59.415	4.311

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO FATOR S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressas em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco Fator S.A. (“Banco Fator” ou “Banco”), organizado sob a forma de banco múltiplo, desenvolve suas operações de modo integrado através das carteiras comercial e de investimentos, e, através de empresas ligadas, atua também nos mercados de seguros, administração de fundos de terceiros (“asset management”) e corretagem de valores mobiliários. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro e de capitais.

O Banco Fator, controlado indiretamente pela Fator Empreendimentos e Participações S.A, é a instituição líder das companhias financeiras do Banco Fator e é uma sociedade anônima constituída e domiciliada no Brasil, à Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1.017, Itaim Bibi, São Paulo – SP.

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 02 de agosto de 2011, foi deliberada a exclusão do objeto social as atividades relativas à prática de operações no Mercado de Câmbio, com o pedido de cancelamento junto ao Banco Central do Brasil.

As demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 foram autorizadas para emissão conforme resolução da diretoria, em 28 de março de 2013.

2. Bases de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos: investimentos disponíveis para venda, instrumentos financeiros derivativos, outros ativos e passivos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, os quais foram todos mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais (R\$) e todos os valores são arredondados para (R\$) milhares, exceto quando indicado de outro modo.

a) Declaração de compliance

Conforme plano de convergência estabelecido pelo Banco Central do Brasil, através do Comunicado 14.259, de 10 de março de 2006, Resolução 3.786, de 24 de setembro de 2009 e Circular 3.472, de 23 de outubro de 2009, as instituições financeiras constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor devem, a partir de 31 de dezembro de 2010, elaborar e divulgar anualmente demonstrações financeiras consolidadas adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB, traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela International Accounting Standards Committee Foundation (IASC Foundation).

O Banco Fator elaborou suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como as interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC”.

b) Informações comparativas

Estas demonstrações financeiras consolidadas incluem dois anos de informações comparativas para o balanço patrimonial e para a demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração do fluxo de caixa e respectivas notas explicativas, conforme requerido pelo “IFRS”.

c) Uso de estimativas e premissas

Os resultados consolidados e a determinação do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das Demonstrações Financeiras. O Banco realiza estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dentro do próximo exercício fiscal. Todas as estimativas e assunções, as quais estão destacadas abaixo, aplicadas pela administração em conformidade com o IFRS são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável, no momento de sua aplicação. As principais políticas contábeis e métodos de mensuração estão detalhados na nota nº 3.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem estimativas e premissas, como a avaliação do valor justo de ativos e passivos financeiros, a provisão para contingências, mensuração do valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros e o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos. Estas estimativas, as quais foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

- Continuidade

A Administração avaliou a habilidade do Banco em continuar operando normalmente e está convencida de que o Banco possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma operação corrente entre partes cientes e dispostas a negociar, conduzida em bases estritamente comerciais. Caso um preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado com base nesse preço.

Caso não haja um preço de mercado disponível para um instrumento financeiro, seu valor justo será estimado com base no preço estabelecido em operações recentes envolvendo o mesmo instrumento ou instrumentos similares e, na ausência destes, com base em técnicas de avaliação normalmente usadas pelo mercado financeiro considerando, quando aplicável, dados observáveis no mercado, como segue:

- Método de desconto ao valor presente para avaliação de instrumentos financeiros (método aplicável principalmente para instrumentos de dívida, swaps e operações a termo): os fluxos de caixa futuros esperados são descontados ao valor presente utilizando-se as curvas calculadas com base em dados observáveis de mercado (PU Anbima, DIs e etc).
- Modelo Black-Scholes de avaliação de instrumentos financeiros (principalmente operações de opções e swaps exóticos): determinadas informações observáveis de mercado, tais como a diferença entre a oferta de compra e a de venda (bid-offer spread), taxas de câmbio, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado são utilizadas como “inputs” para no modelo Black-Scholes com o propósito de se apurar o valor justo dos instrumentos financeiros avaliados sob este modelo.

A metodologia utilizada para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros é descrita em detalhes na nota nº 3.

- Mensuração do valor recuperável de ativos financeiros

O Banco reconhece as perdas inerentes a ativos financeiros não avaliados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável (impairment) e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Com essa finalidade, perdas inerentes são perdas incorridas na data-base da apresentação das demonstrações financeiras, calculadas por meio da mensuração do valor presente dos fluxos de caixa estimados das operações nas quais foram constatadas evidências objetivas de deterioração. Maiores detalhes são discutidos na nota nº 3.

- Mensuração do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Nas datas-base de divulgação das demonstrações financeiras, o Banco possui como prática a verificação quanto à existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação, tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior. Os critérios de cálculo para uma eventual redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e de ativos intangíveis são discutidos em detalhes nas notas nº 13, 14 e 15.

- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Conforme explicação na nota nº 24, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o Banco terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do Banco, é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Variações nos montantes depositados, na base de clientes e na inadimplência dos tomadores de crédito.
- Mudanças nas taxas de juros.
- Mudanças nos índices de inflação
- Regulamentação governamental e questões fiscais.
- Processos ou disputas judiciais adversas.
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento.
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro.
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

Para atendimento aos requerimentos do IAS 12, o Banco compensa um imposto diferido ativo contra um imposto diferido passivo se, e apenas se, estiverem relacionados a impostos sobre a renda lançados pela mesma autoridade fiscal, e houver um direito por força de lei de compensar os impostos correntes ativos contra os impostos correntes passivos.

d) Base de consolidação

i) Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Fator compreendem as demonstrações financeiras do Banco Fator e de suas controladas, conforme demonstrado abaixo:

Empresa	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fator S.A. Corretora de Valores	100%	100%
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	99,99%	99,99%
Fator Seguradora S.A.	100%	100%

Controladas são todas as entidades, cujas políticas financeiras e operacionais são conduzidas pela controladora.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido ao Banco Fator. O método de compra é utilizado para registrar a aquisição das controladas. O custo de uma aquisição é mensurado pelo valor justo da importância paga na data da transação, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos identificáveis, as contingências e os passivos assumidos adquiridos são inicialmente mensurados ao seu valor justo na data da aquisição. Qualquer excesso do valor pago pela aquisição que ultrapassar o valor justo da participação sobre os ativos identificáveis, as contingências e os passivos adquiridos é registrado como ágio, e se o custo da aquisição for menor que o valor justo da participação, o deságio identificado é reconhecido diretamente na demonstração do resultado, no período de aquisição.

As entidades que são controladas pelo Banco Fator são consolidadas até a data em que a há perda de controle.

Todas as transações entre empresas do Banco Fator são eliminadas na consolidação.

ii) Participações minoritárias

As participações minoritárias representam, diretamente ou indiretamente, a porção do resultado e do patrimônio líquido que não pertence ao Banco, e são apresentadas separadamente na demonstração consolidada do resultado e incluídas no patrimônio líquido do balanço consolidado, de forma destacada no patrimônio líquido da controladora. Qualquer prejuízo aplicável à participação minoritária, que seja excedente à esta, é atribuído ao patrimônio da controladora.

Aquisições de participações minoritárias são contabilizadas utilizando o método de extensão da entidade controladora, no qual a diferença entre o valor atribuído e o valor justo da parte adquirida do patrimônio líquido é reconhecida como o ágio.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais de cada entidade estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações financeiras, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em Reais, moeda funcional do Banco e suas controladas e moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ativos e passivos que são itens monetários são convertidos por taxas de câmbio à vista no final do período.

As variações cambiais decorrentes da conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são geralmente reconhecidas pelo seu valor líquido como “Diferenças Cambiais (Líquidas)” na demonstração consolidada do resultado, com exceção das variações cambiais decorrentes de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado, que são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado como “Ganhos (perdas) com ativos financeiros (líquidos)” sem distingui-las de outras variações no valor justo.

b) Definições, reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros

i. Definições

“Instrumento financeiro” é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade.

“Instrumentos de patrimônio” é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

“Derivativo” é qualquer instrumento financeiro com vencimento em data futura cujo seu valor justo se modifica em resposta às mudanças de uma ou mais variáveis de mercado (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual não haja investimento inicial ou que este seja inexpressivo em comparação ao investimento inicial que seria efetuado em outros instrumentos financeiros não derivativos que respondam de forma similar às mudanças nas mesmas variáveis de mercado destacadas acima.

ii. Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Banco se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui (“regular way trades”): compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

iii. Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros:

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

iv. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação e os derivativos não designados como instrumentos de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil (hedge accounting).
- Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros híbridos não mantidos para negociação e mensurados, em sua totalidade, ao valor justo. Os ativos financeiros também são classificados nessa categoria como o propósito de fornecimento de informações mais relevantes aos usuários das demonstrações financeiras, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (“divergências contábeis”) derivadas da mensuração de ativos ou passivos e reconhecimento de resultado em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros (ou ambos) que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no seu valor justo (de acordo em uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento).

Os instrumentos financeiros incluídos nessa categoria (e em “Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado”) estão submetidos, em caráter permanente, a um sistema integrado e consistente de mensuração, gestão e controle de riscos e retornos, o qual permite o monitoramento e a identificação de todos os instrumentos financeiros e a verificação da redução efetiva do risco. Os ativos financeiros somente podem ser incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados.

- Ativos financeiros disponíveis para venda: essa categoria inclui os ativos financeiros não classificados como “Investimentos mantidos até o vencimento”, “Empréstimos e recebíveis” ou “Ativos financeiros ao valor justo no resultado” e os instrumentos de patrimônio emitidos por outras entidades que não são subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto.

Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo com as alterações no valor justo reconhecidas em componente destacado de “ajuste ao valor justo” no patrimônio líquido, líquido de efeitos tributários, com exceção das perdas por redução do valor recuperável e juros destes ativos os quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por redução do valor recuperável, o resultado anteriormente acumulados na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

- Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui empréstimos, financiamentos e outros recebíveis com ou sem característica de concessão de créditos, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de concessão de crédito. A característica preponderante do grupo de empréstimos e recebíveis é a não existência de mercado ativo, sendo estes mensurados pelo custo amortizados, reduzidos por eventual redução no valor recuperável, sendo as receitas deste grupo reconhecidas em base de rendimento efetivo por meio da utilização da taxa efetiva de juros.
- Investimentos mantidos até o vencimento: essa categoria inclui os instrumentos de dívida negociados em mercado ativo, com vencimento fixo e pagamentos fixos ou determináveis, para os quais o Banco tem intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo, por meio da utilização da taxa efetiva de juros.

v. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

- “Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil”: saldos de caixa, depósitos a vista no Brasil e no exterior e saldos credores à vista referentes a depósitos no Banco Central do Brasil.

- “Empréstimos e adiantamentos”: incluem os empréstimos concedidos pelo Banco, exceto os representados por títulos, saldos devedores de natureza financeira em favor do Banco, saldos credores em relação a câmaras de compensação e agências de liquidação por transações em bolsa de valores e mercados organizados, créditos de taxas e comissões, depósitos efetuados por determinação judicial e outras contas a receber.
- “Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras”: créditos de qualquer natureza, inclusive em operações realizadas no mercado aberto, em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- “Empréstimos e adiantamentos a clientes”: inclui saldos devedores de todos os demais créditos e empréstimos cedidos pelo Banco, exceto os representados por títulos.
- “Instrumentos de dívida”: bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor que rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.
- “Instrumentos de patrimônio”: instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas.
- “Outros Ativos”: referem-se basicamente a saldos a receber no curto prazo junto a entidades não consideradas como “Instituições Financeiras” ou “Clientes”.
- “Derivativos”: inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos que não foram designados como instrumento de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de hedge (hedge accounting).

vi. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos com o propósito de geração de resultado no curto prazo, derivativos não designados como instrumentos de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil (hedge accounting), e os passivos financeiros resultantes de venda direta de instrumentos de capital de propriedade de terceiros mediante compromisso de recompra (posições vendidas “short”).
- Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado: essa categoria inclui os passivos financeiros híbridos não classificados como “para negociação” e mensurados, em sua totalidade, ao valor justo. Os passivos financeiros também são classificados nessa categoria com o propósito de fornecimento de informações mais relevantes aos usuários das demonstrações financeiras, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (“divergências contábeis”) derivadas da mensuração de ativos ou passivos e reconhecimento de resultado em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros (ou ambos) que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no seu valor justo (de acordo em uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento).
- Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de captação de recursos realizadas pelas instituições financeiras.

vii. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas da demonstração da posição financeira consolidada:

- “Depósitos de instituições financeiras”: depósitos de qualquer natureza, inclusive operações de crédito e no mercado aberto, recebidos em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- “Depósitos de clientes”: inclui os depósitos a prazo recebidos pelo Banco e todos os demais saldos credores do banco junto aos seus clientes.
- “Obrigações por títulos e valores mobiliários”: inclui o valor de dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.
- “Obrigações por empréstimos no exterior”: inclui a captação de recursos junto a banqueiros no exterior.
- “Outros passivos financeiros”: são registradas nesta rubrica as oscilações das moedas estrangeiras utilizadas na conversão das operações de “câmbio” pronto para moeda funcional da entidade não liquidadas até a data de encerramento do exercício.
- “Derivativos”: inclui o valor justo a pagar pelo Banco nos derivativos que não foram designados como instrumento de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de hedge (hedge accounting).

c) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

i. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, exceto empréstimos e recebíveis, e instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente segura e derivativos que tenham como objeto instrumentos de patrimônio com estas características.

Todos os derivativos são reconhecidos na demonstração de posição financeira ao valor justo desde a data de fechamento da operação. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)” da demonstração consolidada de resultado. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração (“valor presente”), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente segura e os derivativos financeiros que tenham de forma subjacente instrumentos de patrimônio com estas características e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos, são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não recuperação relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Banco ao risco de crédito relativo a esses ativos financeiros na data de cada uma das demonstrações financeiras.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, ágios ou deságios, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente.

iii. Técnicas de avaliação

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo:

Em milhares de Reais

	2012		
	Cotações publicadas de preço em mercados ativos (Nível 1)	Modelos internos (Nível 2)	Total
Ativos financeiros para negociação	587.527	368.809	956.336
Passivos financeiros para negociação	(2.171)	-	(2.171)

Em milhares de Reais

	2011		
	Cotações publicadas de preço em mercados ativos (Nível 1)	Modelos internos (Nível 2)	Total
Ativos financeiros para negociação	823.776	298.984	1.122.760
Ativos financeiros disponíveis para venda	477.373	-	477.373
Passivo financeiro para negociação	1.450	-	1.450

Instrumentos financeiros ao valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos (Nível 1), incluem ações de empresas listadas, posições vendidas e Futuros.

Quando as cotações de preços não podem ser observadas a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do valor justo de seus instrumentos financeiros. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência (Nível2). Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive à extrapolação de dados de mercado observáveis e técnicas de extrapolação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros.

O Banco não apresentava em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 instrumentos financeiros mensurados com base em modelos internos que não utilizem substancialmente dados de mercado observáveis (Nível 3).

A seguir, os instrumentos financeiros apresentados ao valor justo cuja mensuração foi baseada em modelos internos baseados substancialmente em dados observáveis de mercado (Nível 2) em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

31 de dezembro de 2012
Em milhares de Reais

	Valores justos calculados utilizando modelos internos	Técnicas de avaliação	Principais premissas
ATIVO:			
Ativos financeiros para negociação			
Instrumentos de dívida e Instr. de patrimônio:			
Ativos privados			
Debêntures	176.006	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis
CRI	65.497	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis
CPR	11.369	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis
CDB	129.017	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis

31 de dezembro de 2011
Em milhares de Reais

	Valores justos calculados utilizando modelos internos	Técnicas de avaliação	Principais premissas
ATIVO:			
Ativos financeiros para negociação			
Instrumentos de dívida e Instr. de patrimônio:			
Títulos privados			
Debêntures	92.349	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis
CRI	109.684	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis
CDB	96.951	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis

Na utilização de dados observáveis de mercado, assume-se que os mercados em que o Banco atua estão operando de forma eficiente e conseqüentemente, esses dados são representativos.

iv. Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros classificados como “para negociação” são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado na rubrica “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)”.

v. Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Conforme mencionado anteriormente, os ativos financeiros de propriedade do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto empréstimos e recebíveis.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco, exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo, são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final dos exercícios:

31.12.2012

Em milhares de Reais

Ativo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis:		
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	152.256	147.059
Empréstimos e adiantamento a clientes	69.037	69.093
Outros empréstimos e recebíveis	48.688	48.688
	<u>269.981</u>	<u>264.840</u>

31.12.2011

Em milhares de Reais

Ativo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis:		
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	91.759	91.759
Empréstimos e adiantamento a clientes	158.822	158.822
Outros empréstimos e recebíveis	7.314	7.314
	<u>257.895</u>	<u>257.895</u>

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final dos exercícios:

31.12.2012

Em milhares de Reais

Passivo	Valor contábil	Valor justo
Passivo financeiro ao custo amortizado:		
Depósitos de instituições financeiras e demais clientes	724.204	749.066
Obrigações por títulos e valores mobiliários	25.868	25.868
Outros passivos financeiros	2.510	2.510
	<u>752.582</u>	<u>777.444</u>

31.12.2011

Em milhares de Reais

Passivo	Valor contábil	Valor justo
Passivo financeiro ao custo amortizado:		
Depósitos de instituições financeiras e demais clientes	1.240.615	1.240.615
Obrigações por títulos e valores mobiliários	115.271	115.271
Outros passivos financeiros	21.887	21.887
	<u>1.377.773</u>	<u>1.377.773</u>

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras / Depósitos de instituições financeiras: incluem os depósitos interfinanceiros e operações compromissadas de curto prazo que serão liquidadas nos prazos usuais de mercado (over night). O valor contábil apresentado para estes instrumentos se aproxima do seu valor justo.

- Empréstimos e adiantamentos a clientes: incluem saldos a liquidar pelos clientes decorrentes de operações em bolsas de valores. Tendo em vista os prazos de mercado para referidas liquidações, o valor justo e o valor contábil estão substancialmente próximos.

- Depósitos de clientes: o valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo ao seu valor contábil.

- Obrigações por títulos e valores mobiliários: referidas operações possuem taxa flutuante substancialmente próxima de mercado ou estão substancialmente próximas de seus vencimentos.

d) Baixa de ativos e passivos financeiros

i. Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando:

- o direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido; ou
- o Banco transferiu o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se: (a) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) o Banco não transferiu substancialmente ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo.

ii. Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo é eliminada, cancelada ou vencida. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

e) Apresentação líquida de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

As perdas em ativos financeiros não classificados como “para negociação” são reconhecidas quando há evidência objetiva de deterioração em ativo individualmente ou de um grupo de ativos com mesmas características (caso estes não sejam significativos para avaliação individual).

i. Ativos Financeiros avaliados individualmente

A cada data do balanço patrimonial, o Banco avalia se há alguma evidência objetiva de deterioração dos ativos. Este procedimento é aplicado a todos os ativos financeiros considerados individualmente significativos.

A evidência objetiva de deterioração existe se um ou mais dos seguintes eventos ocorreu:

- o devedor está passando por dificuldades financeiras;
- ocorrência de quebra contratual, ou inadimplência no pagamento de juros ou do principal;
- o Banco faz concessões à contraparte, por razões relativas à dificuldade financeira do mesmo, que são condições mais favoráveis se comparadas aquelas que o Banco negociaria em situações normais;
- alta probabilidade de que a contraparte entre em falência ou sofra reorganização societária; e
- evidência de deterioração no valor da garantia atrelada ao ativo.

As perdas em decorrência de redução ao valor recuperável são calculadas através do desconto do fluxo de caixa esperado do ativo utilizando sua taxa de juros efetiva original e por meio da comparação do valor presente resultante com o valor contábil atual do ativo, sendo esta diferença lançada imediatamente no resultado contábil do exercício. O valor contábil do ativo deteriorado no balanço patrimonial é reduzido através do uso de uma conta de provisão.

Se o valor da perda mensurada para um ativo deteriorado diminui num período subsequente e esta diminuição pode ser relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da redução do valor recuperável, o excesso é reconhecido através da redução da conta de provisão do ativo. A reversão é reconhecida em contrapartida ao resultado contábil do exercício.

Ativos financeiros (e a respectiva conta de provisão para deterioração) são normalmente baixados, mesmo que parcialmente ou no total, quando não há expectativa de recuperação destes valores.

ii. Ativos avaliados coletivamente

Os ativos financeiros avaliados coletivamente são divididos em dois grupos: provisões para ativos em atraso que estão abaixo do limiar da avaliação individual (provisões para deterioração coletiva) e perdas em ativos que foram incorridas, mas que não foram identificadas separadamente na data do balanço patrimonial (provisões latentes). Ativos financeiros avaliados individualmente que não possuam evidência de perda identificada e que não estão em atraso são agrupados de acordo com suas características de risco de crédito com o propósito de se calcular uma perda coletiva estimada. Isto reflete as perdas por deterioração incorridas na data do balanço patrimonial que só serão identificadas individualmente no futuro.

A provisão para deterioração coletiva é determinada levando-se em conta:

- a experiência histórica de perda em portfólios com características similares de risco de crédito;
- o período estimado entre a ocorrência da deterioração e a perda que está sendo identificada; e
- o julgamento da administração sobre a influência das condições econômicas e de crédito nos atuais níveis de perda registrados e verificação quanto à necessidade de incremento ou redução da provisão calculada com base na experiência histórica de perda.

g) Operações compromissadas

Compras (vendas) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) não opcional a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob a rubrica “Saldo no Banco Central do Brasil” ou “Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras” (“Depósitos do Banco Central do Brasil” ou “Depósitos de instituições financeiras”).

h) Ativos não correntes mantidos para venda

O Banco Fator classifica os ativos em não correntes mantidos para venda, quando seu valor contábil puder ser recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda e não pelo uso contínuo e que também satisfaçam aos critérios de classificação como mantidos para venda. Estes são avaliados pelo menor valor entre o saldo contábil e o valor justo, menos os custos de venda.

i) Ativo tangível

Ativo tangível inclui o valor de veículos, sistemas de processamento de dados, sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso de propriedade das entidades consolidadas e benfeitorias em imóveis de terceiros, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente com estes ativos são imediatamente reconhecidos na rubrica de “outras despesas administrativas”.

A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada em 5 anos para veículos e sistemas de processamento de dados, e 10 anos para sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso. As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo prazo de vigência do contrato de aluguel.

As entidades consolidadas avaliam, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser re-estimada).

j) Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultem de um direito legal ou outro tipo de contrato que dê ao Banco o controle efetivo do ativo ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Somente são reconhecidos ativos cujo

custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável a geração de benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção, mais os custos para colocá-los em situação e condição de uso. Estes ativos são subsequente e mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer descontos ao valor recuperável.

São compostos substancialmente por softwares adquiridos junto a fornecedores externos. Esses gastos são amortizados pelo prazo de licenças desses softwares.

As entidades consolidadas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável deste grupo de ativos. Os critérios utilizados para reconhecer estas perdas são similares aos utilizados para ativos tangíveis (vide nota nº 2 c).

k) Provisões e ativos e passivos contingentes

Os Administradores das entidades consolidadas, ao elaborarem suas respectivas demonstrações financeiras, efetuaram uma distinção entre:

- Provisões: saldos credores representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos.
- Passivos contingentes: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. Incluem as obrigações presentes das entidades consolidadas, caso não seja provável que uma saída de recursos será necessária para a sua liquidação.
- Ativos contingentes: ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência, de eventos futuros que não estejam totalmente sob controle das entidades consolidadas. Ativos contingentes não são reconhecidos na demonstração de posição financeira, mas sim divulgados nas notas explicativas, exceto quando seja provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere grande a possibilidade de que a obrigação tenha de ser liquidada. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas sim divulgados nas notas explicativas.

Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessários) ao final do período. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

l) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros

As receitas de despesas de juros e similares, as comissões pagas ou recebidas que sejam componentes do retorno esperado da operação e todos os custos inerentes atrelados a originação do ativo ou captação do passivo são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

ii. Receita de dividendos

Os dividendos recebidos de investimentos não considerados como sociedades coligadas ou controladas são reconhecidos como receita quando o direito de recebê-los for originado para as entidades consolidadas (deliberação do Conselho de Administração)

iii. Comissões e itens similares

As receitas e despesas de comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado abrangente utilizando-se critérios que variam de acordo com as características das operações que as originaram. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas no resultado quando pagas;
- As receitas ou despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço são reconhecidas de forma linear pelo período de tempo em que perdurar a prestação destes serviços;
- As receitas e despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço cujo valor seja incerto ou cujo estabelecimento do direito de receber ou pagar esteja condicionado a um ou mais eventos futuros cuja ocorrência seja incerta são reconhecidas em um único ato quando o valor a receber se tornar conhecido ou quando o evento futuro de fato se concretizar.

iii. Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos ou custos fluirão para a entidade, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

m) Garantias financeiras

O Banco Fator emite garantias financeiras aos seus clientes, no curso normal dos seus negócios bancários.

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc.

O Banco reconhece inicialmente as garantias financeiras prestadas no passivo do balanço patrimonial consolidado ao valor justo, que geralmente é o valor presente de taxas, comissões e juros a receber desses contratos ao longo de seu prazo, e, simultaneamente, os valores de taxas, comissões e juros a receber ao valor presente, caso estes não tenham sido liquidados no início do contrato.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por não recuperação sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

n) Ativos fiduciários e fundos de investimento administrados pelo Banco

As entidades consolidadas oferecem serviços fiduciários que resultam em custódia ou investimento de ativos em nome dos seus clientes. Ativos mantidos em capacidade fiduciária não são registrados nas demonstrações financeiras, já que estes não são ativos que pertencem às entidades consolidadas, porém os valores totais desses ativos são divulgados através de nota explicativa (vide nota nº 44c – Outras divulgações – títulos e valores mobiliários sob custódia).

Também por serem propriedades de terceiros, os fundos de investimento administrados pelo Banco não são apresentados nas demonstrações financeiras, sendo os valores de seus patrimônios líquidos divulgados na nota nº 44b – Outras divulgações – Recursos administrados não registrados no balanço.

o) Imposto de renda

A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foi efetuada tomando-se por base a legislação fiscal vigente para o período-base. As alíquotas aplicadas sobre as bases de cálculo apuradas são: imposto de renda 15%, com adicional de 10% e contribuição social de 15%.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários do Banco, conforme demonstrada na nota nº 24 – Passivos fiscais está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

A expectativa de recuperação dos créditos tributários é de três anos. A compensação depende da natureza do crédito gerado, oriunda de prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporariamente indedutíveis, compostas por provisão para créditos de liquidação duvidosa e marcação a mercado.

A constituição, realização ou a manutenção dos créditos tributários são avaliadas periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a realização de tais valores.

A despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que sejam considerados prováveis que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

p) Contratos de seguros

O Banco Fator emite contratos a clientes contendo riscos de seguro. Contratos de seguro celebram um acordo pelo qual a seguradora aceita o risco significativo de seguro da outra parte (o titular da apólice),

concordando em indenizar o segurado no caso da ocorrência de um evento futuro e incerto, previsto no contrato.

Contratos de seguros são contabilizados conforme abaixo:

Prêmios

Prêmios de seguro são reportados como receita durante o prazo dos contratos de seguro, baseados na proporção dos riscos suportados durante o período da operação. O prêmio não ganho (na proporção do negócio contratado) é calculado mensalmente em base pro-rata.

Os prêmios de resseguro são contabilizados no mesmo período dos contratos de seguros a que eles estão diretamente relacionados.

Os custos de originação relacionados com a emissão de novos contratos de seguros ou pela renovação são diferidos e amortizados durante o prazo de vigência destes.

Sinistros e recuperações de resseguros

Sinistros de seguro bruto incluem sinistros pagos e movimentações em passivos de sinistros não liquidados.

Sinistros de seguro brutos refletem o custo total dos sinistros avisados durante o ano, custos de regulação e sinistros ocorridos, mas ainda não avisados. Sinistros registrados durante o ano incluem os avisados e indenizados.

Os avisos dos sinistros são reconhecidos quando o pagamento é devido. Recuperações de resseguros são contabilizadas no mesmo período do referido aviso.

Avisos de contratos de seguros

Passivos de sinistros vigentes para contratos de seguro são baseados na importância segurada. Passivos de sinistros ocorridos, mas não avisados são registrados em base estimada, utilizando técnicas estatísticas apropriadas.

Um teste de adequação de passivo é executado para avaliar se o valor contábil de um passivo de seguro precisa ser aumentado, baseado em uma análise dos fluxos de caixas futuros. Ao realizar o teste de adequação do passivo, todos os fluxos de caixa contratuais são descontados e comparados com o valor contábil do passivo.

Caso seja identificada qualquer insuficiência, registra-se, imediatamente, uma provisão complementar àquelas já registradas na data do teste, em contrapartida ao resultado do período, primeiramente reduzindo-se ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros.

q) Demonstração dos fluxos de caixa

Os termos, a seguir, são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Caixa e equivalentes de caixa: são representados por disponibilidades em moeda nacional ou em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança no valor justo, sendo utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo.

- Fluxos de caixa: são entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita de uma entidade e outras que não sejam atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: são a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.
- Atividades de financiamento: são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e no endividamento da entidade.

Composição de caixa e equivalentes de caixa

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	3.195	1.911
Aplicações no Mercado Aberto	55.211	2.400
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.009	-
	<u>59.415</u>	<u>4.311</u>

r) Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Não houve por parte da instituição adoção antecipada das normas e/ou alterações das normas apresentadas abaixo.

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 introduzirá novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros, espera-se que esta norma afete a contabilização de instrumentos financeiros do Banco. O IFRS 9 substituirá o IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”.

A norma citada acima têm efetividade após 1 de janeiro de 2015 com possibilidade de antecipação permitida.

- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

Introduz um modelo de consolidação único para todas as entidades com base em controle, independentemente da natureza da investida. Esta norma substitui a orientação de consolidação no IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas (2008) e SIC-12 Consolidação - Entidades de Propósitos Específicos. De acordo com o IFRS 10 o controle é baseado na avaliação se um investidor possui:

- i) Poder sobre a investida;
- ii) Exposição, ou direitos, para retornos variáveis de seu envolvimento com a investida, e
- iii) Capacidade de usar seu poder sobre a investida afetando seu retorno.

A norma citada acima não é efetiva até 1º de janeiro de 2013

- IFRS 11 – Empreendimentos conjuntos

A base do IFRS 11 é que as partes de um acordo de empreendimento conjunto devem determinar o tipo de empreendimento comum em questão, com base na avaliação dos direitos e obrigações e, as contabilizando de acordo com o tipo de empreendimento conjunto. Esta norma substitui o IAS 31 -

Participações em Empreendimentos em Conjunto (Joint Ventures). Existem dois tipos de empreendimentos conjuntos:

- Operações conjuntas (Joint operations): As partes reconhecem seus ativos, passivos e as correspondentes receitas e despesas.

- Empreendimento conjunto (Joint venture): As partes reconhecem seus investimentos pelo método de equivalência patrimonial.

A norma citada acima não é efetiva até 1º de janeiro de 2013

- IFRS 12 - Divulgações de Envolvimento com Outras Entidades

O objetivo da IFRS 12 é permitir que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar a base de controle, as restrições sobre os ativos e passivos consolidados, a exposição a riscos decorrentes de envolvimento com entidades estruturadas não consolidadas e o envolvimento de não controladores nas atividades de entidades consolidadas.

A norma citada acima não é efetiva até 1º de janeiro de 2013

- IFRS 13 - Mensuração ao Valor Justo

O IFRS 13 orienta sobre como determinar o valor justo e exige divulgações sobre sua mensuração. Esta norma foi emitida pelo IASB com o intuito de definir e orientar a mensuração do valor justo em um único padrão. O IFRS 13 não altera os requisitos em relação aos itens que devem ser mensurados ou divulgados pelo valor justo.

A norma citada acima não é efetiva até 1º de janeiro de 2013

- Alterações ao IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações

Foi emitida em outubro de 2010 uma alteração neste pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre transferências de ativos (riscos remanescentes) e de transferências próximas da data do exercício.

A alteração citada acima tem efetividade após 1º julho de 2011.

Adicionalmente foi emitida em dezembro de 2011, nova alteração do pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre o processo de “offsetting”.

A alteração citada acima tem efetividade após 1º de janeiro de 2013.

- Alterações ao IAS 19 - Benefícios aos Empregados (2011)

O IASB sugeriu alterações à contabilização dos planos de benefícios definidos que exige o reconhecimento de mudanças na obrigação de benefícios definidos e nos ativos do plano, elimina-se o método do corredor e acelera-se o reconhecimento dos custos dos serviços incorridos no momento que essas mudanças entrarem em vigor. A alteração também define mudanças nas obrigações de benefícios definidos e os ativos do plano, e propõe a desagregação em três componentes: juros líquidos sobre o passivo líquido de benefícios definidos (ativos), os custos do serviço e novas medições do líquido dos benefícios definidos (ativos). O cálculo pode ser inferior à taxa atualmente utilizada para calcular o retorno esperado sobre os ativos do plano, resultando assim em um lucro líquido reduzido. Aplicação retrospectiva é exigida, com certas exceções.

As normas citadas acima têm efetividade após 1º de janeiro de 2013

- Alteração ao IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação

Para esclarecer os requerimentos de “offsetting” de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, foi emitida uma alteração no IAS 32.

A alteração citada acima tem efetividade após 1º de janeiro de 2014.

4. Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Caixa	2	16
Depósitos junto ao Banco Central do Brasil	3.300	4.229
	<u>3.302</u>	<u>4.245</u>

Depósitos junto ao Banco Central do Brasil representam reservas livres em espécie e estão disponíveis para o uso do Banco Fator em suas operações diárias.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Moeda:		
Real	3.302	4.245
	<u>3.302</u>	<u>4.245</u>

5. Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Classificação:		
Empréstimos e recebíveis	152.256	91.759
Provisão para perdas por não-recuperação (“impairment”) - Nota 8	-	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, líquidos	<u>152.256</u>	<u>91.759</u>

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Tipo:		
Operações compromissadas	64.520	5.748
Depósitos judiciais	36.454	32.370
Negociação e intermediação de valores	51.282	53.641
	<u>152.256</u>	<u>91.759</u>

A movimentação da provisão para empréstimos e adiantamentos é apresentada na nota 8.
A nota 45 – Risco de liquidez - vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e adiantamentos.

6. Empréstimos e adiantamentos a clientes

a) Composição

A composição dos saldos da rubrica “empréstimos e adiantamentos a clientes” é a seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Empréstimos e recebíveis:		
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado	70.184	161.016
Provisão para perdas por não-recuperação ("impairment") - Nota 8	<u>(1.147)</u>	<u>(2.194)</u>
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	<u><u>69.037</u></u>	<u><u>158.822</u></u>

A nota 45 – Risco de liquidez - vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e adiantamentos e das taxas de juros médias correspondentes.

Não existem empréstimos e adiantamentos a clientes em valores significativos sem datas de vencimento fixadas.

b) Detalhes

Apresentamos a seguir a composição dos empréstimos e adiantamentos a clientes por tipo de crédito, setor devedor e tipo de taxa de juros.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Tipo de crédito:		
Empréstimo	66.615	157.140
Conta garantida	<u>2.422</u>	<u>1.682</u>
Total	<u><u>69.037</u></u>	<u><u>158.822</u></u>
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Setor devedor:		
Comercial e industrial	66.841	141.862
Empréstimos a pessoas físicas	<u>2.196</u>	<u>16.960</u>
Total	<u><u>69.037</u></u>	<u><u>158.822</u></u>

c) Ativos não-recuperáveis

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros classificados como “empréstimos e recebíveis – empréstimos e adiantamentos a clientes” e considerados como não recuperáveis devido ao risco de crédito são os seguintes:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Saldo no início do exercício	1.601	1.475
Adições líquidas	719	126
Saldo no final do exercício	<u>2.320</u>	<u>1.601</u>

Esse valor, após a dedução das provisões correspondentes, representa a melhor estimativa do Banco do valor justo dos ativos não recuperáveis.

A seguir, os detalhes dos ativos financeiros classificados como “empréstimos e recebíveis – empréstimos e adiantamentos a clientes” e considerados como não recuperáveis devido ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e classificados por tempo do valor vencido mais antigo:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Com saldos vencidos de:		
18 a 24 meses	2.320	1.601
Total	<u>2.320</u>	<u>1.601</u>

7. Outros empréstimos e recebíveis

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Classificação:		
Rendas a receber	13.541	4.922
Intermediação de operações de swap de clientes	1.539	1.349
Comissões a receber	-	272
Liquidações pendentes junto a instituições de mercado	32.754	-
Diversos	854	771
	<u>48.688</u>	<u>7.314</u>
Moeda:		
Real	48.688	7.314
	<u>48.688</u>	<u>7.314</u>

A nota 45 – Risco de liquidez- vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e adiantamentos e das taxas de juros médios correspondentes.

8. Movimentação da provisão para empréstimos e adiantamentos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a provisão para empréstimos e adiantamentos (clientes e instituições financeiras) apresentou as seguintes movimentações:

Composição	2012	2011
Provisão para empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras - nota 5	-	-
Provisão para empréstimos e adiantamentos a clientes - nota 6	1.147	2.194
	<u>1.147</u>	<u>2.194</u>

PDD por classe de ativos	2012	2011
Empréstimos	757	1.868
Cheque especial e conta garantida	390	326
	<u>1.147</u>	<u>2.194</u>

	2012	2011
Saldo inicial	2.194	2.631
Complemento de provisão:	269	494
Reversão de provisão:	(1.316)	(931)
Saldo final	<u>1.147</u>	<u>2.194</u>

Movimentação da PDD por classe de ativos

Empréstimos

	2012	2011
Saldo inicial	1.868	2.216
Constituição/Reversão Líquida:	(1.111)	(348)
Saldo final	<u>757</u>	<u>1.868</u>

Cheque especial e conta garantida

	2012	2011
Saldo inicial	326	277
Constituição/Reversão Líquida:	64	49
Saldo final	<u>390</u>	<u>326</u>

9. Instrumentos de dívida

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Classificação:		
Ativos financeiros para negociação	803.261	958.918
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	476.301
	<u>803.261</u>	<u>1.435.219</u>
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Tipo:		
Títulos do governo brasileiro	422.923	1.074.010
Outros títulos de dívida	380.338	361.209
	<u>803.261</u>	<u>1.435.219</u>

Em 31 de dezembro de 2012, os títulos de dívida totalizando R\$ 96.379 (2011 - R\$ 116.337 em 2011) foram utilizados para garantir operações com derivativos da Bolsa de Mercadorias & Futuros da Bolsa de Valores de São Paulo – BM&FBovespa e R\$ 101.308 (2011 – R\$ 122.876) para outras garantias.

Em 2011, o Banco Fator, visando o aumento de liquidez preventiva, decidiu reclassificar uma posição de aplicações em Letras do Tesouro Nacional da categoria “mantidos até o vencimento” para a categoria “disponível para venda”. De acordo com o IAS 39, parágrafo 51, a reclassificação de ativos financeiros classificados como “mantidos até o vencimento” pode ser realizada apenas para a categoria “disponível para venda”. Em função dessa reclassificação e de acordo com o IAS 39, parágrafo 9, o Banco Fator não poderá classificar nenhum ativo financeiro como mantido até o vencimento durante os próximos dois exercícios.

10. Instrumentos de patrimônio

a) Composição

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Classificação:		
Ativos financeiros para negociação	150.608	163.064
Ativos disponíveis para venda	-	1.072
	<u>150.608</u>	<u>164.136</u>
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Tipo:		
Ações de empresas nacionais	17.841	1.349
Cotas de fundos de investimento	132.767	162.787
	<u>150.608</u>	<u>164.136</u>

b) Variações

As variações nos saldos da rubrica “Instrumentos de patrimônio – ativos financeiros para negociação” foram as seguintes:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Saldo inicial	163.064	231.554
Adições (alienações) líquidas	14.303	(77.948)
Ajustes decorrentes de avaliação	(26.759)	9.458
Saldo no final do exercício	<u>150.608</u>	<u>163.064</u>

11. Derivativos para negociação (ativo e passivo)

A composição, por tipo de risco inerente, do valor justo dos derivativos para negociação é a seguinte:

	<u>2012</u>		<u>2011</u>	
	<u>Saldo devedor</u>	<u>Saldo credor</u>	<u>Saldo devedor</u>	<u>Saldo credor</u>
Risco de moedas estrangeiras	-	(129)	-	(4)
Risco de preços	2.467	(2.041)	778	(1.446)
	<u>2.467</u>	<u>(2.170)</u>	<u>778</u>	<u>(1.450)</u>

A nota 44 – Outras divulgações – valores de referência e valores justos de derivativos contém detalhes sobre os valores referenciais e valores justos das operações de derivativos.

12. Participações em coligadas

a) Composição

	<u>Participação em %</u>		<u>Investimentos</u>		<u>Resultado de equivalência</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Brasil Agrosec Companhia Securizadora ⁽¹⁾	23,75%	23,75%	216	344	(278)	(168)
Total			<u>216</u>	<u>344</u>	<u>(278)</u>	<u>(168)</u>

⁽¹⁾ O Banco Fator detém 23,75% de participação societária da Brasil Agrosec Companhia Securizadora, mas não possui o controle, seja através de direito de veto ou outros itens de acordo de acionistas, portanto não existe a obrigatoriedade de consolidação.

b) Variações

As variações no saldo da rubrica “participações em coligadas” foram as seguintes:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Saldo no início do exercício	344	-
Aquisição (1)	361	512
Resultado por equivalência	<u>(489)</u>	<u>(168)</u>
Saldo no final do exercício	<u><u>216</u></u>	<u><u>344</u></u>

- (1) Em 16/09/2011, o Banco Fator passou a deter participação de 23,07% e a partir de 30/12/2011 23,75% no capital social da Brasil Agrosec Companhia Securitizadora. Durante o exercício de 2012, houve um aumento de capital no valor de R\$ 1.400 e o Banco Fator continuou com a mesma participação.

O controle sobre a administração da entidade é compartilhado com os demais cotistas.

c) Perdas por não-recuperação

Não foram contabilizadas perdas por não-recuperação em relação a investimentos em coligadas em 2012 e 2011.

d) Outras divulgações

A seguir, um resumo das informações financeiras da coligada (Agrosec)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Total do ativo	1.107	1.562
Total do passivo	199	70
Total do PL	2.007	1.492
Total das receitas	18	428
Total das despesas	1.116	604

13. Ativo tangível

Os ativos tangíveis do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco não tem ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais. O Banco também não é parte de nenhum contrato de arrendamento financeiro durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

a) Composição

Os detalhes, por categoria, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Perda por não-recuperação</u>	<u>Saldo líquido</u>
Terrenos e edificações	1.915	(1.877)	-	38
Sistemas de processamento de dados	16.572	(11.253)	-	5.319
Móveis e equipamentos de uso e veículos	3.816	(2.043)	-	1.773
Outros	1.159	-	-	1.159
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>23.462</u>	<u>(15.173)</u>	<u>-</u>	<u>8.289</u>

	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Perda por não-recuperação</u>	<u>Saldo líquido</u>
Terrenos e edificações	1.915	(1.793)	-	122
Sistemas de processamento de dados	16.729	(9.937)	-	6.792
Móveis e equipamentos de uso e veículos	3.813	(1.848)	-	1.965
Outros	1.078	-	-	1.078
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>23.535</u>	<u>(13.578)</u>	<u>-</u>	<u>9.957</u>

b) Variações

As variações na rubrica “ativo tangível” nos balanços patrimoniais consolidados foram as seguintes:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Custo:		
Saldos no início do exercício	23.370	33.672
Adições (baixas) líquidas	93	(10.137)
Saldos no final do exercício	<u>23.463</u>	<u>23.535</u>
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Depreciação acumulada:		
Saldos no início do exercício	(13.578)	(23.331)
Baixas/ Depreciação líquida	(1.596)	9.753
Saldos no final do exercício	<u>(15.174)</u>	<u>(13.578)</u>

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica “depreciação e amortização”, na demonstração do resultado.

14. Ativo intangível – Ágio / Deságio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

Para este efeito, a Administração estima o fluxo de caixa que está sujeito a vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente.

Baseado nas premissas descritas acima não foi identificado nenhuma perda do valor recuperável do ágio em 2012 e em 2011.

A composição do ágio é a seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fator Seguradora S.A.	3.196	3.196
	<u>3.196</u>	<u>3.196</u>

15. Ativo intangível – outros ativos intangíveis

A composição do saldo da rubrica Ativos Intangíveis é a seguinte:

	<u>Vida útil estimada</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Com vida útil definida:			
Desenvolvimentos de Tecnologia de Informação	4 anos	4.520	10.279
Outros ativos	4 anos	3.562	6.321
Amortização acumulada		<u>(3.791)</u>	<u>(12.167)</u>
Saldos no final do exercício		<u>4.291</u>	<u>4.433</u>
		<u>2012</u>	<u>2011</u>
Custo:			
Saldos no início do exercício		16.599	8.082
Adições (baixas) líquidas		<u>(8.518)</u>	<u>8.518</u>
Saldos no final do exercício		<u>8.081</u>	<u>16.600</u>
		<u>2012</u>	<u>2011</u>
Amortização acumulada:			
Saldos no início do exercício		(12.166)	(3.790)
Baixas/ Amortização líquida		<u>8.376</u>	<u>(8.377)</u>
Saldos no final do exercício		<u>(3.790)</u>	<u>(12.167)</u>

As despesas com amortização foram contabilizadas na rubrica “depreciação e amortização”, na demonstração do resultado.

16. Outros ativos

A composição do saldo da rubrica “outros ativos” é a seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Despesas antecipadas (1)	118.642	123.790
Valores a receber	2.499	2.447
Devedores diversos país (2)	93.342	90.084
Outros créditos	7.803	6.820
	<u>222.286</u>	<u>223.141</u>

(1) Referem-se principalmente a prêmios de seguros diferidos.

(2) Referem-se principalmente a prêmios de seguros a receber.

17. Depósitos de instituições financeiras

A composição, por classificação tipo dos saldos dessas rubricas é a seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado:	398.336	844.711
	<u>398.336</u>	<u>844.711</u>
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Tipos:		
Depósitos a prazo	37.523	36.935
Operações compromissadas	233.958	723.803
Negociação e Intermediação de valores	126.855	83.973
	<u>398.336</u>	<u>844.711</u>

A nota 45 – Risco de liquidez- vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado.

18. Depósitos de clientes

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “depósitos de clientes” é a seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	325.868	395.904
	<u>325.868</u>	<u>395.904</u>

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Tipos:		
Depósitos à vista	8.749	4.037
Depósitos a prazo	<u>317.119</u>	<u>391.867</u>
	<u><u>325.868</u></u>	<u><u>395.904</u></u>

A nota 45 – Risco de liquidez- vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado.

19. Obrigações por títulos e valores mobiliários

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “obrigações por títulos e valores mobiliários” é a seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Letras de Crédito do Agronegócio	6.761	21.741
Letras de Crédito Imobiliário	<u>19.107</u>	<u>93.530</u>
	<u><u>25.868</u></u>	<u><u>115.271</u></u>

A nota 45 – Risco de liquidez- vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado.

As variações na rubrica “obrigações por títulos e valores mobiliários” foram as seguintes:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Saldos no início dos exercícios	115.271	182.546
Emissão	498.469	902.568
Resgate	(594.229)	(982.113)
Juros	<u>6.357</u>	<u>12.270</u>
Saldos no final dos exercícios	<u><u>25.868</u></u>	<u><u>115.271</u></u>

20. Outros passivos financeiros

A composição dos saldos dessa rubrica é a seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Relações interfinanceiras	24	631
Obrigações por empréstimos e repasses	192	171
Negociação e intermediação de valores	<u>2.294</u>	<u>21.085</u>
	<u><u>2.510</u></u>	<u><u>21.887</u></u>

A nota 45 – Risco de liquidez- vencimento residual residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual de outros ativos e passivos financeiros em cada fim de exercício.

21. Detalhamento das provisões técnicas e despesas de comercialização por ramo - seguros

a) Provisões técnicas

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Passivos de seguros		
Provisão de prêmios não ganhos	160.867	172.019
Sinistros a liquidar	20.052	24.237
Sinistros ocorridos e não avisados	17.225	13.156
Outras provisões	<u>4.029</u>	<u>3.812</u>
	<u><u>202.173</u></u>	<u><u>213.224</u></u>

b) Movimentação das provisões técnicas

<u>Movimentação</u>	<u>Provisão de prêmios não ganhos</u>	<u>Sinistros a Liquidar</u>	<u>Sinistros ocorridos e não avisados</u>	<u>Outras provisões</u>
Saldo Inicial em 31/12/2011	172.019	24.237	13.156	3.812
(+) Constituição de provisão no exercício	79.891	6.881	10.069	2.561
(-) Reversão de provisão no exercício	(91.043)	(10.763)	(6.000)	(2.344)
(-) Pagamento de sinistros no exercício	-	(303)	-	-
Saldo final em 31/12/2012	<u><u>160.867</u></u>	<u><u>20.052</u></u>	<u><u>17.225</u></u>	<u><u>4.029</u></u>

c) Custo de aquisição e prêmio de resseguro diferido

<u>Ramos de atuação</u>	<u>Despesas de comercialização - Seguros (1)</u>		<u>Prêmios de resseguro diferidos (1)</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Garantia financeira	3	44	27	172
Garantia de obrigações públicas	1.052	1.458	5.999	8.584
Garantia de obrigações privadas	461	1.020	1.745	4.035
Garantia de concessões públicas	60	112	264	452
Garantia judicial	589	1.307	3.054	10.889
Garantia segurado - setor público	5.283	4.496	21.070	18.812
Garantia segurado - setor privado	6.458	5.726	25.491	25.789
Responsabilidade civil geral	92	96	568	20
Responsabilidade civil de administradores e diretores - D&O	66	77	367	514
Responsabilidade civil profissional	6	-	92	-
Riscos de engenharia	3.216	2.871	38.290	31.651
Riscos nomeados e operacionais	400	616	3.096	4.317
	<u><u>17.686</u></u>	<u><u>17.823</u></u>	<u><u>100.063</u></u>	<u><u>105.235</u></u>

(1) Registrado em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado do exercício consolidada.

d) Cobertura de provisões técnicas de seguros

<u>Descrição</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Provisões técnicas - seguros	202.173	213.224
Exclusões		
Provisões técnicas - resseguros	(103.586)	(110.460)
Sinistros depositados judicialmente	-	(330)
Total das exclusões	<u>(103.586)</u>	<u>(110.790)</u>
Provisões técnicas para cobertura	<u>98.587</u>	<u>102.434</u>
Títulos de renda fixa - públicos, vinculados à cobertura das provisões técnicas	70.455	80.954
Quotas de Fundos de Investimentos, vinculados à cobertura de provisões técnicas	33.137	30.973
Suficiência apurada	<u>5.005</u>	<u>9.493</u>
Ativos Livres	<u><u>90.207</u></u>	<u><u>103.896</u></u>

22. Provisões

a) Composição

A composição do saldo da rubrica “provisões” é a seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Provisões para passivos contingentes fiscais	20.327	18.992
Provisões para passivos contingentes cíveis	-	215
Provisões para passivos contingentes trabalhistas	257	261
Provisões para passivos contingentes sinistros	<u>311</u>	<u>728</u>
	<u><u>20.895</u></u>	<u><u>20.196</u></u>

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

As provisões para perdas prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Fiscais patrocinadas por Consultores Jurídicos Externos cujo montante principal está registrado na Fator Corretora que questiona administrativamente o parecer emitido pela SRF-Secretaria da Receita Federal por meio da solução de consulta nº 10 de 26/10/2007 sobre a incidência de impostos sobre a Atualização de Títulos Patrimoniais da Bolsa. O valor da provisão em 2012 é de R\$ 20.089 (R\$ 18.951 em 2011).

Ações Cíveis: Os processos cíveis referem-se basicamente a prêmios de seguros montam em R\$ 216 (R\$ 215 em 2011) e os relativos a sinistros contam com a provisão de R\$ 312 (R\$ 728 em 2011).

Ações Trabalhistas: Os processos trabalhistas que envolvem a Seguradora são provisionados levando-se em consideração o histórico de perdas com esses processos. A provisão constituída é de R\$ 233 (R\$ 261 em 2011).

Composição e movimentação das provisões consolidadas no exercício

	2012				
	Fiscais	Sinistros	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos no início do exercício	18.992	728	215	261	20.196
Constituição/re-estimativa	30	(388)	2	(28)	(384)
Pagamentos	1.111	-	-	-	1.111
Atualização monetária (i)	-	(28)	-	-	(28)
Saldos no final do período	20.133	312	217	233	20.895

- (i) Referem-se a atualizações monetárias, provisões para novos processos judiciais, constituições, reversões e complementos em razão da atualização das posições dos consultores legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Os processos judiciais e administrativos que, com base na opinião dos Consultores Jurídicos e da Administração, são classificados como perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente e estão representados abaixo:

	Natureza	2012	2011
Fiscais	Tributos federais	42.488	36.696
Cíveis	Órgãos reguladores	713	89
Trabalhistas	Reclamação ex-funcionários	4.395	3.622
		47.596	40.407

23. Outras obrigações

A composição do saldo da rubrica “outras obrigações” é a seguinte:

	2012	2011
Provisões para salários e encargos	(8.342)	9.249
Comissões/ corretagens	-	210
Prestadores de serviços	(91)	450
Débitos de operações de seguros e resseguros	(78.942)	97.345
Diversos	(3.166)	1.453
	(90.541)	108.707
	2012	2011
Moeda:		
Real	90.541	108.707
	90.541	108.707

24. Créditos tributários e passivos fiscais

a) Imposto de renda e contribuição social

	IFRS	
	2.012	2.011
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	39.482	(3.564)
(-) Participações nos lucros	-	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro	39.482	(3.564)
Adições temporárias	80.646	25.522
Ajuste a mercado de TVM e derivativos	61.372	23.808
Provisão para credito de liquidação duvidosa	3.932	1.045
Provisão para contingências	1.267	-
Outras adições temporárias	9.823	4.170
Ajustes de IFRS	4.252	(3.501)
Adições permanentes	5.675	15.424
Resultado de participações emcoligadas e controladas	-	702
Outras adições permanentes	5.675	14.722
Exclusões temporárias	(85.105)	(76.754)
Ajuste a mercado de TVM e derivativos	(69.115)	(75.805)
Provisão para credito de liquidação duvidosa	(5.304)	(888)
Outras exclusões temporárias	(10.686)	(61)
Exclusões permanentes	(22.875)	(24.618)
Despesas domPIS e COFINS	(17.620)	(6.763)
Outras exclusões permanentes	(5.255)	(17.855)
Base de cálculo antes da compensação de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	17.823	(63.990)
(-) Compensação 30% - prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	(1.040)	-
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	16.783	(63.990)
Provisão Corrente para IRPJ e CSLL	(7.579)	(5.140)
Ajuste IRPJ e CSLL de períodos anteriores	(42)	-
Constituição/reversão de créditos tributários	(1.177)	23.828
Constituição/reversão de passivo diferido	(3.241)	(20.173)
Despesas com PIS e COFINS	(10.548)	(6.763)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(22.588)	(8.248)

b) Impostos diferidos

	Dez/2011	Constituição	Realização/ reversão	Dez/2012
Movimentação de Crédito Tributário				
Prejuízo Fiscal e base negativa	32.400	-	(416)	31.984
Provisão para devedores duvidosos	2.056	1.850	(2.093)	1.813
Ajuste a mercado de TVM e derivativos	427	1.225	(1.382)	270
Provisão de despesas	2.139	4.216	(4.569)	1.786
Provisão para riscos trabalhistas	-	11	-	11
Total do crédito tributário	37.022	7.302	(8.460)	35.864
Passivos diferidos				
Ajuste a mercado de TVM e derivativos	(14.179)	(6.637)	3.965	(16.851)
Ajustes de IFRS	(3.600)	3.118	-	(482)
Total do passivo diferido	(17.779)	(3.519)	3.965	(17.333)

	Dez/2010	Constituição	Realização/ reversão	Dez/2011
Movimentação de Crédito Tributário				
Prejuízo Fiscal e base negativa	5.634	26.766	-	32.400
Provisão para devedores duvidosos	1.992	474	(410)	2.056
Ajuste a mercado de TVM e derivativos	6.877	19.304	(25.754)	427
Provisão de despesas	3.670	1.411	(2.942)	2.139
Provisão para riscos trabalhistas	1.020	-	(1.020)	-
Total do crédito tributário	19.193	47.955	(30.126)	37.022
Passivos diferidos				
Ajuste a mercado de TVM e derivativos	(1.419)	(25.741)	12.981	(14.179)
Ajustes de IFRS	(842)	(2.758)	-	(3.600)
Total do passivo diferido	(2.261)	(28.499)	12.981	(17.779)

c) Impostos correntes

	2012	2011
Créditos tributários - Corrente		
IRRF sobre JCP	1.409	1.331
IR a compensar	7.024	11.934
CS a compensar	5.414	3.145
Outros impostos a compensar	4.388	3.192
IR s/ repasse de comissões	1.898	1.866
Total de Créditos tributários - Corrente	20.133	21.468
Passivos fiscais - Corrente		
Impostos e contribuições s/ serv. terceiros	(1.106)	(1.171)
Impostos e contribuições s/ salários	(3.067)	(2.738)
Impostos e contribuições s/ lucros a pagar	(2.319)	(677)
PIS/COFINS	(1.758)	(1.189)
IOF	(1.300)	(1.681)
Outros	(813)	(444)
Total de Passivos fiscais - Corrente	(10.363)	(7.900)

25. Participação dos acionistas minoritários

a) Composição

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Participação dos acionistas minoritários		
FAR - Fator Administradora de Recursos Ltda.	<u>1</u>	<u>2</u>
	<u>1</u>	<u>2</u>

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro/Prejuízo atribuível à participação minoritária		
FAR - Fator Administradora de Recursos Ltda.	<u>-</u>	<u>(32)</u>
	<u>-</u>	<u>(32)</u>

26. Ajuste ao valor de mercado de TVM e Derivativos

Os saldos da rubrica “Ajustes ao valor de mercado” incluem os valores, líquidos do efeito tributário correspondente, dos ajustes de marcação a mercado dos ativos classificados como ativos financeiros disponíveis para a venda e são reconhecidos temporariamente no patrimônio e apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado abrangente consolidada. Os valores advindos das controladas são apresentados, linha a linha, nas rubricas apropriadas, de acordo com sua natureza.

27. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 230.000 e representado por 4.748.300 ações, divididas igualmente entre ações ordinárias e preferenciais nominativas.

b) Distribuição de dividendos

Em AGEs datadas de 11 de janeiro de 2011, 01 de junho de 2011 e 16 de novembro de 2011 deliberou-se, a distribuição de dividendos nos valores de R\$ 18.500, R\$ 5.000 e R\$ 5.000, respectivamente.

c) Reservas

Reserva legal

De acordo com as normas contábeis brasileiras, 5% do lucro do exercício é destinado à constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reserva estatutária

Conforme Resolução nº 3.605/08 do Banco Central do Brasil, o lucro apurado, não utilizado na constituição da reserva legal e não distribuído na forma de dividendos ou de juros sobre o capital próprio, foi destinado à conta de reserva estatutária.

28. Receitas com juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstração consolidada do resultado compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os ativos financeiros, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Títulos e valores mobiliários	102.641	170.211
Títulos emprestados e operações compromissadas	4.414	3.571
Empréstimos e adiantamentos a clientes	11.321	24.061
	<u>118.376</u>	<u>197.843</u>

29. Despesas com juros e similares

Despesas com juros e similares na demonstração consolidada do resultado compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Depósitos de instituições financeiras	2.891	5.064
Depósitos de clientes	39.170	57.998
Títulos tomados em empréstimo e operações compromissadas	38.971	85.185
Dívida emitida e outros fundos tomados em empréstimo	1.492	2.492
Outras	1.780	1.793
	<u>84.304</u>	<u>152.532</u>

30. Receitas e despesas de tarifas e comissões

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receita com taxas e comissões		
Taxa de administração de carteiras	35.404	35.674
Taxas de corretagem	44.455	49.580
Taxas de subscrição	11.505	6.402
Rendas de outros serviços	44	6.016
Outras taxas recebidas	5.958	10.591
	<u>97.366</u>	<u>108.263</u>
Despesa com taxas e comissões		
Taxas de corretagem	11.270	8.023
Taxa de administração de carteiras	1.491	1.499
Taxa de custódia	848	864
Comissões	288	15
Outras taxa recebidas	1.182	1.410
	<u>15.079</u>	<u>11.811</u>
Receita líquida com tarifas e comissões	<u>82.287</u>	<u>96.452</u>

31. Ganhos com ativos e passivos financeiros (líquidos)

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e às provisões, e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Rendas de ativos e passivos financeiros	48.252	42.741
Resultado na alienação de ativos e passivos financeiros	27.242	(55.752)
Resultado de ajuste a valor de mercado	10.061	44.693
Rendas(despesas) de mensuração do valor justo de derivativos	(47.964)	(28.920)
	<u>37.591</u>	<u>2.762</u>

32. Diferenças cambiais (líquidas)

As variações cambiais mostram basicamente os ganhos ou as perdas nas negociações de moedas estrangeiras e ganhos ou perdas com ativos e passivos em moeda estrangeira que são reconhecidas nas conversões de itens monetários indexados em moeda estrangeira para moeda funcional do Banco.

33. Prêmios de seguros

a) Composição por ramo

<u>Ramos de atuação</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Riscos de engenharia	12.159	6.907
Riscos diversos	-	904
Riscos nomeados e operacionais	7.364	3.936
Responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O)	1.401	1.533
Responsabilidade civil geral	158	408
Responsabilidade civil Profissional (E&O)	33	-
DPVAT	34.266	32.816
Garantia segurado - setor público	28.677	16.463
Garantia segurado - setor privado	18.972	8.203
Acidentes pessoais - coletivo	-	37
Garantia fi nanceira	284	501
Garantia obrigações - privadas	4.892	8.558
Garantia obrigações - públicas	5.735	11.022
Garantia concessões - públicas	1.163	3.736
Garantia judicial	10.346	17.457
Total	<u>125.450</u>	<u>112.481</u>

34. Sinistros ocorridos

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Sinistros	22.021	26.596
Despesas com sinistros	4.780	4.159
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não Avisados	1.711	4.270
Total	<u>28.512</u>	<u>35.025</u>

35. Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Multas	(713)	(354)
Outras despesas com operações de seguros	(11.441)	(16.865)
Variações Monetárias	1.326	12.528
Tributos federais - REFIS	(85)	(6.419)
Outros	(1.691)	(7.482)
	<u>(12.604)</u>	<u>(18.592)</u>

36. Despesas com pessoal

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Salários	58.665	60.044
Custos previdenciários	20.057	18.852
Benefícios	12.955	18.054
Outras despesas de pessoal	<u>2.713</u>	<u>2.343</u>
	<u>94.390</u>	<u>99.293</u>

37. Outras despesas administrativas

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Imóveis, instalações e materiais	10.283	10.570
Tecnologia e sistemas	11.886	12.566
Publicidade	2.331	2.901
Comunicações	4.865	8.325
Relatórios técnicos	12.407	23.191
Tributos (exceto imposto de renda)	4.680	5.483
Outras despesas administrativas	<u>4.285</u>	<u>2.406</u>
	<u>50.737</u>	<u>65.442</u>

38. Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não circulantes destinados à venda

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Resultado na alienação ativos	-	<u>2.827</u>
Ganhos (prejuízos) líquidos	<u>-</u>	<u>2.827</u>

39. Resultado na alienação de ativos não circulantes destinados à venda

Para os exercícios findos em 31.12.2012 e 31.12.2011, não houve alienação de ativos não circulantes destinados à venda que gerassem resultado.

40. Partes Relacionadas

As partes relacionadas do Banco devem incluir, partes com controle conjunto sobre a entidade, empreendimentos em conjunto em que a entidade é um investidor e planos de benefícios pós-emprego para o benefício dos empregados de uma entidade ou de qualquer entidade que seja uma parte relacionada dessa entidade.

As transações ordinárias realizadas pelo Banco com as suas partes relacionadas foram as seguintes:

Operações/ Partes Relacionadas	Grau de relação	2012	
		Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Depósitos à vista		(4.940)	-
- Fator S/A Corretora de Valores	Controlada	(4.813)	-
- FAR - Fator Administração de Recursos Ltda	Controlada	(127)	-
Depósito à prazo		(2.206)	(25)
- Fator Holding Financeira S/A.	Controlador	(105)	(10)
- Fator S/A Corretora de Valores (a)	Controlada	(1.279)	-
- Brasil Agrosec Companhia Securitizadora	Controlada	(351)	(1)
- Fator Empreendimentos e Participações Ltda	Ligada	(263)	(12)
- UBR Sociedade Administradora de Cartões	Ligada	(208)	(2)

(a) Referem-se substancialmente a operações realizadas por conta e ordem de clientes.

a) Remuneração da Administração

Os administradores do Banco são remunerados através de Pró-Labore ou salários quando registrados sob regime CLT, que estão apresentados na rubrica despesas de pessoal.

Os honorários atribuídos, no período, ao pessoal chave da administração, são compostos conforme descrito abaixo:

	2012	2011
Honorários atribuídos ao período	15.293	24.489

O Banco não possui planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações.

41. Ativos oferecidos em garantia e garantias recebidas

Ativos financeiros oferecidos em garantia:	2012	2011
Instrumentos de dívida	237.613	239.213
Depósitos de instituições financeiras	6.007	2.043
	<u>243.620</u>	<u>241.256</u>

Garantias recebidas

Ativos financeiros recebidos em garantia:	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Instrumentos de dívida - operações compromissadas	55.313	5.748
Garantias para operações de crédito	<u>161.069</u>	<u>202.800</u>
	<u><u>216.382</u></u>	<u><u>208.548</u></u>

42. Garantias prestadas e compromissos contratuais

O Banco oferece uma série de garantias para que seus clientes melhorem sua posição de crédito e estejam aptos a competir. O quadro a seguir apresenta todas as garantias em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

Como exigido, o “máximo valor potencial de pagamentos futuros” representa os valores de principal (notional) que poderiam ficar perdidos se houvesse inadimplência total das partes avaliadas, sem considerar recuperações possíveis de fianças mantidas ou prestadas, ou recuperações em recurso. Não há relação entre esses valores e as perdas prováveis sobre essas garantias. De fato, o “Máximo valor potencial de pagamentos futuros” excede significativamente as perdas inerentes.

Máximo valor potencial de pagamentos futuros

Passivos contingentes	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Garantias e outras fianças		
Garantias financeiras	<u>33.486</u>	<u>37.440</u>
Total de passivos contingentes	<u><u>33.486</u></u>	<u><u>37.440</u></u>

São fornecidas aos clientes do Banco garantias financeiras em compromissos com terceiros. Há o direito de cobrar, dos clientes, o reembolso de qualquer valor que o Banco tenha de pagar devido a essas garantias.

Além disso, pode ser mantido dinheiro em caixa ou outra garantia de alta liquidez para esses compromissos. Esses contratos estão sujeitos à mesma avaliação de crédito realizada para os empréstimos.

A expectativa do Banco é de que essas garantias expirem sem a necessidade de adiantamento de dinheiro. Portanto, no curso normal dos negócios, o Banco espera que essas transações não tenham virtualmente nenhum impacto em sua liquidez.

Os critérios de risco para emissão de todos os tipos de garantias são, em geral, os mesmos que os usados para outros produtos de risco de crédito e, portanto, sujeitos aos mesmos padrões de admissão e rastreamento. As garantias fornecidas em nome dos clientes estão sujeitas ao mesmo processo de revisão de qualidade de crédito que qualquer outro produto de risco. Regularmente, pelo menos uma vez por ano, a solvência dos clientes é verificada, assim como a probabilidade de que essas garantias sejam executadas. Caso surja alguma dúvida sobre a solvência do cliente, provisões são debitadas no lucro líquido, no valor das perdas inerentes, mesmo que não haja nenhuma ação movida contra o Banco.

43. Limites operacionais

As instituições financeiras são obrigadas a manter capital regulador consistente com suas atividades, no mínimo 11% maior do que o capital exigido. Em julho de 2008, novas regras de medição de capital regulador, de acordo com a Abordagem Padronizada de Basileia II, entraram em vigor, incluindo uma nova metodologia de medição, análise e administração de risco de crédito e risco operacional. O índice deve ser calculado de forma consolidada, como demonstrado a seguir:

	2012	2011
Risco de Crédito	117.508	161.747
Risco de Taxa de Juros	22.074	23.291
Risco Operacional	19.365	18.538
Risco de Moedas	25.446	2.835
Risco de Ações	6.427	12.993
Rban	750	-
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	191.570	219.404
Patrimônio de Referência - PR	428.256	409.403
Excesso de patrimônio em relação ao limite	236.686	189.999
Índice Basileia	24,59%	20,50%

(*) calculado de acordo com as exigências do Banco Central do Brasil.

44. Outras divulgações

a) Valores de referência (notional) e valores justos de derivativos para negociação

A composição dos valores de referência (notional) e/ou contratuais e dos valores justos dos derivativos para negociação mantidos pelo Banco é a seguinte:

	2012		2011	
	Valor de referência (notional)	Valor justo	Valor de referência (notional)	Valor justo
Derivativos de negociação				
Risco de taxa de juros e preços:				
Compra e venda de opções	140.937	(19.277)	92.950	(668)
Risco de moeda estrangeira:				
Compra e venda de opções	100.908	19	9.375	(4)

A composição dos valores de referência (notional) e/ou contratuais dos derivativos para negociação, por vencimento, é como segue:

	2012			2011	
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Opções	184.225	57.050	-	241.275	102.325

Os valores de referência e/ou contratuais dos contratos celebrados não refletem o risco real assumido pelo Banco, uma vez que a posição líquida desses instrumentos financeiros decorre da sua compensação e/ou combinação. Essa posição líquida é utilizada pelo Banco principalmente para proteger a taxa de juros, o preço dos ativos subjacentes ou o risco cambial; os resultados desses instrumentos financeiros são reconhecidos em “Resultados de ativos e passivos financeiros (líquidos)” na demonstração consolidada do resultado abrangente e aumentam ou compensam, conforme o caso, o resultado do investimento protegido.

O Banco gerencia a exposição ao risco de crédito desses contratos através de acordos de compensação com as suas principais contrapartes e do recebimento de ativos em garantia das suas posições de risco.

b) Recursos administrados não registrados no balanço

Os recursos de terceiros administrados pelo Banco não registrados no balanço são os seguintes:

	2012	2011
Recursos de terceiros	6.257.790	5.337.068
Total	6.257.790	5.337.068

c) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de dezembro de 2012, o Conglomerado Fator detinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros no valor total de R\$ 10.545.154 mil (R\$ 21.239.167 mil em 2011).

d) Valor equivalente em reais dos ativos e passivos

Para as datas de 31.12.2012 e 31.12.2011, o Banco Fator não possuía saldos em moedas estrangeiras.

e) Operações relevantes de clientes

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo ou contraparte atingiu 10% ou mais da receita total do Banco Fator em 2012 e em 2011.

45. Gestão de riscos

A gestão de riscos do Banco Fator possui políticas aderentes às melhores práticas de mercado, e está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central. Sua abrangência está no âmbito do Conglomerado Financeiro FATOR.

Foram estabelecidas políticas e procedimentos e implantados modelos e sistemas de gestão de riscos capazes de gerir, avaliar e mitigar os riscos inerentes aos seus negócios, proporcionando à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração uma visão de todos os riscos incorridos.

As políticas de gestão de riscos do Banco Fator são destinadas a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. O Banco Fator revisa e atualiza regularmente suas políticas e sistemas de gestão de riscos de forma a refletir mudanças nos mercados e produtos e a condução de melhores práticas.

i. Governança e responsabilidade sobre riscos

A gestão de riscos do Banco Fator é de responsabilidade da Diretoria de Risco e Compliance, que responde diretamente à presidência do Conglomerado Fator. A Gerência de Riscos Operacional, de Mercado e Liquidez é subordinada direta à esta diretoria e a Superintendência de Crédito atua como staff da Diretoria de Riscos no que tange ao risco de crédito.

ii. O apetite ao risco

A estrutura de apetite ao risco se refere a quanto e quais os tipos de risco que o Banco Fator está preparado para assumir na execução da sua estratégia. Ela é fundamental para a abordagem integrada de risco, capital e gestão dos negócios e ainda suporta o Banco Fator na realização dos seus objetivos de rentabilidade sobre o capital. Além disso, é um elemento-chave no cumprimento das obrigações de requerimentos de capital vigentes.

A Diretoria Executiva do Banco Fator atribui métricas quantitativas para cada tipo de risco, sujeitas a limites operacionais alinhados com o tamanho do apetite ao risco e objetivos de rentabilidade sobre o capital, de forma a assegurar que:

- As atividades básicas das áreas de negócio possam ser guiadas e controladas, de modo que continuem alinhadas com a estrutura de apetite ao risco;
- As premissas fundamentais que sustentam o apetite ao risco possam ser monitoradas e, se necessário, ajustadas através dos ciclos de planejamento de negócios; e
- As decisões de negócios para mitigação dos riscos sejam colocadas em prática tão logo as evidências de risco sejam sinalizadas.

A estrutura de apetite ao risco é monitorada em bases contínuas pela Diretoria Executiva do Banco Fator.

iii. Cenários dos testes de estresse

Análises de cenário para testes de estresse são mecanismos importantes para entender a sensibilidade do capital e dos planos de negócio do Banco Fator em situações de eventos extremos, mas plausíveis. Além de considerar o efeito financeiro potencial sobre os planos de negócio, essa ferramenta fornece à Diretoria Executiva a possibilidade de estabelecer planos de ação para mitigar tais eventos, caso aconteçam.

Estes instrumentos auxiliam na mitigação dos riscos apresentados por crises financeiras. Enquanto a predição de eventos futuros pode não cobrir todas as eventualidades, nem identificar precisamente os eventos futuros, cenários analisados no passado podem representar informações privilegiadas na identificação de ações necessárias para a mitigação de riscos quando eventos similares acontecerem.

iv. Risco de Mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela instituição.

A gestão do risco de mercado é feita de forma centralizada por uma área que mantém independência em relação à mesa de operações. Os procedimentos básicos adotados para o gerenciamento desse risco são: (a) integridade na precificação de ativos e derivativos; (b) avaliação do risco de mercado pela metodologia Value at Risk e pela simulação de cenários; (c) acompanhamento de resultados diários.

O Banco Fator e suas controladas realizam operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos, atuando em mercados organizados e de balcão, com objetivo de possibilitar uma gestão de risco de mercado adequada à sua política. Esses instrumentos são utilizados não só para posicionamento, mas também para hedge de posições, para atender à demanda de contrapartes e como meio de reversão de posições em momentos de grandes oscilações.

Para monitoramento do risco de mercado, o banco utiliza o Valor a Risco (VaR), o qual é calculado diariamente utilizando-se de técnicas estatísticas atuais de forma a estimar a perda financeira possível para um dia levando-se em conta que o comportamento do mercado será semelhante ao que ocorreu no passado recente. O modelo de VaR empregado se baseia na técnica de aferição paramétrica, com horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99% monocaudal.

Outra abordagem utilizada na aferição do risco de mercado é o Stress Test, uma técnica que visa analisar o impacto de variações extremas nos preços dos ativos e derivativos. Esta abordagem de análise tem por objetivo preservar o patrimônio do banco em situações de mercado consideradas atípicas e que, embora difiram do padrão estatístico histórico, podem estar dentro do espectro de possibilidades consideradas pontuais pela Área de Risco de Mercado.

Os limites de risco de mercado são definidos utilizando o conceito de orçamento de risco, ou seja, a rentabilidade em reais dos últimos 21 dias úteis (janela móvel) somada ao valor calculado em reais do risco (VaR ou stress) não deve registrar um prejuízo maior do que o orçamento de risco (stop loss).

Para o cálculo e monitoramento destas estatísticas, o Banco Fator utiliza um sistema adquirido junto a fornecedor externo em conjunto com sistemas desenvolvidos internamente.

Não houve registro de rompimento dos limites de risco nos 12 meses subsequentes à data base do balanço.

O valor do VaR apurado pela área de risco na data base do balanço foi de R\$ 0,9 milhões, sendo que a média ao longo do ano de 2011 ficou em R\$ 1,2 milhões. Esta estatística se manteve sempre bastante abaixo do limite definido pelo Banco Fator.

Com relação à distribuição do VaR entre os diferentes fatores de risco, segue abaixo tabela de VaR marginal na data base do balanço em milhares de reais e o percentual em relação ao VaR total.

	<u>\$ Marginal</u>	<u>Participação%</u>
Renda Variável	682	74,0%
Câmbio	164	17,9%
Juros	75	8,1%

v. Risco Operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui também o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O processo de gestão do risco operacional tem início a partir da aplicação de uma metodologia própria para o mapeamento dos riscos e controles existentes nos processos. Quando necessário, são elaborados planos de ação para mitigação das principais ameaças identificadas nos processos. As etapas do gerenciamento de risco operacional são: identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos, comunicação e plano de ação.

Adicionalmente, é obrigatório o registro na base de dados de perdas operacionais e de gestão de risco operacional dos eventos ocorridos nas instituições. Esse procedimento tem como finalidade primária a formação de uma base de dados para proporcionar informações suficientes para a identificação das causas e mitigação dos riscos

O monitoramento dos riscos com as informações obtidas pelos registros das perdas incorridas permite uma melhoria contínua nas políticas e nos procedimentos adotados, bem como a redução dos riscos existentes.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional do Conglomerado Fator identifica as linhas de reporte, assegura a comunicação e oferece ferramentas que permitem o adequado gerenciamento de risco operacional.

a) A estrutura de gerenciamento de risco operacional

Conselho de Administração e Presidência

- Administrar as atividades das Empresas do Conglomerado Fator, orientando-as para a consecução dos objetivos e metas estabelecidas.
- Delegar autoridade aos níveis envolvidos em atividades de riscos para gerenciamento e solução de problemas.
- Aprovar Políticas e Manuais de Gerenciamento de Riscos, a estrutura e o modelo de gestão definidos para o monitoramento dos riscos.
- Deliberar sobre questões que envolvam o controle e gerenciamento de riscos que possam afetar o desempenho do sistema ou das empresas do Conglomerado.

Gestor de Risco Operacional

- A área de Gestão de Risco Operacional exerce a função específica de gerenciamento de risco operacional e atua de forma independente das áreas de Negócios. Esta área está diretamente subordinada à Diretoria de Riscos & Compliance.
- Responsável por gerenciar e acompanhar o desempenho do sistema, avaliando e promovendo ações para corrigir eventuais desvios, de forma a manter a aderência do sistema de riscos em relação aos objetivos e metas das Empresas do Conglomerado Fator, ou a legislação pertinente.
- Prover adequado entendimento e visualização dos riscos associados ao negócio.
- Recepcionar, analisar e controlar as ocorrências registradas, objetivando a solução, controle ou mitigação do risco operacional identificado nas respectivas áreas.
- Elaboração anual do relatório do Sistema de Gerenciamento do Risco Operacional, em atendimento a Resolução CMN 3.380.
- Analisar os itens apontados nos relatórios de Auditoria e instruções no sentido de sanar as deficiências identificadas.

Identificação de Riscos – Agentes de Risco Operacional

Os funcionários colaboradores lotados nas áreas responsáveis pelo desenvolvimento dos processos devem:

- Observar as políticas e procedimentos aprovados pelas respectivas Diretorias;
- Executar as atividades de modo a minimizar a probabilidade de ocorrência dos riscos envolvidos;
- Identificar os riscos existentes nos processos que possam representar riscos na operacionalização de cada produto (Self assessment e **Key Risk Indicator- kri**);
- Reportar à Área de Risco Operacional as ocorrências que envolvam deficiências ou não conformidades que possam representar riscos na operacionalização de cada produto.
- Manter o acompanhamento e controle sobre os planos de ação de sua(s) respectiva(s) área(s).

vi. Risco de Crédito

a) Introdução ao tratamento do risco de crédito

Risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, a vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O processo de tomada de decisões para concessão de crédito busca obter segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos, agilidade e rentabilidade nos negócios, minimizando os riscos inerentes às operações. Para isso, o Banco Fator possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Em consonância com as práticas de referência do mercado, o Banco continua aperfeiçoando seus controles e modelos de análise. Em atendimento à Resolução CMN nº 3.721 e ao novo acordo da Basileia, existem estruturas de comitês e comissões específicas para melhor gestão, controle e acompanhamento desse risco.

São realizados controles e acompanhamentos das políticas e normas de crédito, bem como de respectivos processos, restrições e limites estabelecidos, além da análise dos riscos e submissão às alçadas e aos comitês aprovadores. A política de crédito é formulada com base nas melhores práticas de mercado e é responsável por garantir que haja adequada validação dos sistemas e procedimentos internos utilizados para a gestão do risco de crédito. Estes sistemas e procedimentos são aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito. Há ainda

monitoramento constante das exposições e contrapartes e elaboração de relatórios periódicos dos riscos da carteira de crédito para análise e tomada de decisão por parte da diretoria.

Exposição máxima ao risco de crédito

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Instrumentos de dívida	803.261	1.435.219
Instrumentos de patrimônio	151.675	164.136
Empréstimos e recebíveis	269.981	257.895
Garantias prestadas	242.541	239.214
	<u>1.467.458</u>	<u>2.096.464</u>

b) Ciclo de risco de crédito

As contrapartes de operações que geram exposição ao risco de crédito são monitoradas constantemente e os seus ratings são revisados periodicamente pela Área de Crédito. Desta forma, e também em função da quantidade reduzida de contrapartes, qualquer alteração no cenário macro-econômico ou suspeita de perda de liquidez da contraparte, cujo impacto dar-se-á na percepção de risco de crédito é detectada rapidamente, com consequência imediata no provisionamento da operação ou demais medidas prudenciais.

c) Medidas e ferramentas de mensuração

c.1) Classificações de qualidade de crédito (ferramentas de rating)

As operações são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a situação econômico-financeira da contraparte, a estrutura e demais riscos e condições gerais da operação proposta (como qualidade, liquidez e nível de cobertura das garantias), a conjuntura econômica, setor de atuação, a experiência da empresa neste setor, perspectivas econômicas e financeiras da empresa e da economia, qualidade da administração e demais aspectos inerentes a análise. .

O rating interno é atribuído a todas as empresas com as quais o Banco Fator possui limite ou risco de crédito, como forma de atribuir o risco que a empresa apresenta com relação ao repagamento da operação.

A classificação de rating de um mesmo cliente ou grupo econômico deve ser definida através dos ratings AA a H, sendo AA o melhor rating e H o pior, conforme determinação do Banco Central do Brasil, considerando aquela que apresentar maior risco, admitindo-se excepcionalmente classificação diversa para determinada operação, considerando:

- Natureza e finalidade da transação;
- Característica das garantias, particularmente quanto a suficiência e liquidez; e,
- Valor.

O processo de atribuição de rating, nos casos em que os contrapartes são pessoas jurídicas, não se limita a análise dos indicadores financeiros, sendo mais amplo, analisando todos os aspectos da empresa, desde sua constituição, controle acionário e administração, passando pela análise financeira, até a análise de seu produto e mercado de atuação. A análise deve procurar o enquadramento da empresa em cada uma das variáveis componentes da Matriz de análise que considera os itens descritos abaixo:

1. **Análise de Cadastro:** Nesse primeiro item de análise o enfoque para atribuição das notas deverá ser nos dados de cadastro da empresa, que incluem: o tempo de constituição; patrimônio do acionista; relacionamento com o Banco Fator; restritivos nos órgãos de informação e no mercado; comportamento das garantias; histórico de concordata e renegociação de dívidas; e confiabilidade das informações financeiras.

2. **Análise da Administração:** A análise da Administração da empresa deve ser focada em todos os aspectos relacionados aos acionistas e o relacionamento dos mesmos com as atividades da empresa - processo de sucessão; composição da administração (conselho e diretoria) e forma de tomada de decisões. Os sub-itens que compõem esse item são: empresas ligadas / diversificação das atividades; controle acionário; administração; processo sucessório / relacionamento dos acionistas; e tomada de decisões.

3. **Análise Financeira:** Os aspectos a serem analisados na situação financeira deverão abranger os principais aspectos de balanço (índices e informações financeiras), além disso deverão ser observados os aspectos financeiros que não estão no balanço, como acesso ao crédito junto a outras instituições financeiras, suporte do acionista ou matriz, passivos contingentes e operações de hedge.

Os sub-itens a serem analisados são: acesso ao crédito, suporte financeiro da matriz / acionistas, consistência das informações financeiras, defasagem das informações contábeis / gerenciais, passivos contingentes e casamento de prazo e moedas além de outros indicadores econômicos e financeiros

4. **Análise do Mercado / Produto e Perspectiva:** Nesse item o foco da análise deve ser o tipo de produto que a empresa possui e o mercado de atuação da empresa, englobando os aspectos atuais dos produtos e do mercado e as perspectivas futuras. Os sub-itens a serem analisados são: mercado predominante; concentração de clientes; concentração de fornecedores; linhas de produtos; tecnologia / processos; riscos operacionais; setor com risco regulatório / ambiental / sanitário; perspectiva macroeconômica no curto, médio e longo prazo para o setor.

c.2) Garantias recebidas (mitigadoras da exposição máxima ao risco de crédito)

Conforme Política de Crédito vigente, as definições que regem as garantias aceitas pelo Banco Fator são as seguintes:

a) *Garantia*

É um dos fatores mais importantes para prevenir-se imprevistos como i) Fortes alterações no ambiente econômico; ii) Rápida degradação da situação financeira da empresa, consequentemente da qualidade do crédito; intempéries (enchentes etc.); e iii) Morte do dono ou do sócio principal da empresa.

As garantias como fatores mitigantes do risco, devem ser analisadas sob dois aspectos principais:

- ***Liquidez***

Ou seja, a capacidade de conversão da garantia em moeda. Nesse sentido, as garantias podem ser mais ou menos líquidas impactando no preço de conversão em moeda.

- ***Margem de Cobertura***

É a relação percentual, estabelecida pelo Comitê de Crédito, entre o valor da garantia e o valor da dívida.

Deve levar em conta, além do custo do dinheiro, a liquidez da garantia, ou seja, a sua maior ou menor conversibilidade.

As garantias bancárias utilizadas para as operações financeiras no Banco Fator são, normalmente, as garantias reais e as garantias pessoais. As garantias reais são aquelas que incidem sobre um bem ou coisa específica, e as mais usadas, são a hipoteca, o penhor (ou caução) e a alienação fiduciária. As garantias pessoais incidem sobre todo o patrimônio dos coobrigados, sem determinação expressa sobre um bem específico. Essas garantias só incidem sobre o patrimônio, o que torna um devedor insolvente, sem patrimônio, fora do alcance de qualquer medida de execução de contrato.

As garantias pessoais podem ser concedidas por pessoas físicas ou jurídicas, onde as mesmas assumem, a obrigação de honrar os compromissos assumidos na operação de crédito mantida com o cliente. As garantias pessoais utilizadas são a fiança e o aval. A fiança é um contrato autônomo e acessório de garantia, através do qual o fiador compromete-se a cumprir com as obrigações do afiançado perante o banco, e exige a qualificação das partes, só podendo ser formalizada, expressamente, por instrumento escrito – público ou particular. A fiança é um contrato que garante contratos (mútuo, abertura de crédito, etc.). O fiador responde com todo o seu patrimônio e tem o direito, se dele não abrir mão, ao benefício de ordem, ou seja, só poderá ter seus bens executados depois de executados os bens do afiançado. O aval é uma característica de um título de crédito, que permite a um terceiro, pela mera aposição de sua assinatura, aceitar ser coobrigado em relação às obrigações do avalizado. Se o aval não identificar o avalizado, o avalista estará garantindo o último devedor do título. O aval não exige a outorga do cônjuge ou a qualificação do avalista e não tem benefício de ordem, ficando o avalista coobrigado pelo pagamento total do título.

As garantias reais utilizadas nas operações são bens ou direitos de recebimentos dados em garantia de obrigações relativas às operações de crédito. As operações com recebíveis são representadas por contratos que os tomadores possuem com terceiros, duplicatas e direitos creditórios de modo geral.

A política de crédito do banco Fator requer que as garantias sejam sempre solicitadas, quando da aprovação do crédito, e que a constituição seja efetivada antes do desembolso, principalmente em função do caráter estruturado de nossas operações. Flexibilizações são aceitas, em função da avaliação de risco de cada operação. As garantias devem ser analisadas quanto a sua liquidez, e quanto ao nível de cobertura em relação ao valor do empréstimo ou financiamento.

c.3) Distribuição do risco de crédito

O perfil dos clientes do banco Fator é composto predominantemente por empresas do segmento *Middle e Corporate*. O fluxo de amortização da carteira de crédito (conceito amplo, que inclui também as operações de mercado de capital realizadas por clientes e intermediadas pelo Banco Fator) é predominantemente de curto prazo, com 100% da carteira vencendo em até 2 anos.

Em relação ao segmento de atuação das contrapartes das operações de crédito, a carteira está assim segmentada: agronegócio (19%), imobiliário (32%), indústria (18%), Serviços (5%), público (22%) e pessoa física (4%).

d) Provisão para redução ao valor recuperável (impairment)

d.1) Introdução ao cálculo da provisão para redução ao valor recuperável

Em conformidade com as Normas Contábeis Internacionais, o Banco Fator avalia, a cada fechamento de balanço, a existência de qualquer evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresente problemas de recuperação, o que, caso ocorra, poderá levar a instituição a reconhecer uma redução do valor recuperável destes ativos.

Os procedimentos aplicáveis para mensuração do impairment, de acordo com o IAS 39, consideram as fases do ciclo de vida do instrumento financeiro, sendo estas: originação / aquisição de ativos financeiros, surgimento de evidências objetivas de impairment, renegociação de ativo financeiro e baixa para prejuízo.

Na originação ou aquisição de ativos financeiros, o Banco Fator não reconhece qualquer redução do valor recuperável do ativo (provisão), da mesma forma que não considera, para fins contábeis, perdas esperadas estimadas como resultado de eventos futuros e incertos, independentemente de sua probabilidade.

O surgimento de evidências objetivas de impairment indica possíveis problemas de recuperação em um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros. De acordo com as políticas internas do Banco Fator, os seguintes fatos são considerados pela instituição como “evidência objetiva de impairment”:

- Dívida com o Banco Fator vencida e não paga acima de 90 dias (qualquer valor);
- Classificação do cliente com rating BACEN igual a E, F, G e H;
- Falência decretada, autofalência ou recuperação judicial requerida;
- Ocorrência de renegociação com qualquer perda econômica.
- Red flags conforme Política de Crédito vigente: fatores administrativos como alterações de controle acionário, indisponibilidade de informações atualizadas, contabilidade incorreta, excentricidade no estilo de vida dos principais executivos, e alterações na estrutura patrimonial e financeira da Cia, como crescimento do endividamento bancário, venda de ativos, violação de covenants, etc.

O desaparecimento de mercado ativo ou a redução significativa na liquidez de um instrumento de patrimônio ou instrumento de dívida de propriedade do Grupo pode vir a ser considerado como “evidência objetiva de impairment”. Para este fim, a área de risco de crédito avalia este acontecimento juntamente com outras potenciais evidências a fim de constatar se estes ativos necessitam ter seu valor recuperável reduzido (reconhecimento de impairment).

As garantias prestadas também estão sujeitas a perdas. No reconhecimento inicial, o Banco Fator reconhece a garantia como um passivo financeiro ao valor justo. Neste caso, sendo uma operação pactuada conforme os parâmetros de mercado, o valor justo é igual ao prêmio pago pela contraparte. Ao final de cada período de reporte, estas garantias financeiras são avaliadas quanto à probabilidade de que estas venham a ser honradas pelo Banco Fator.

No caso de garantias financeiras classificadas como “prováveis”, o valor presente do gasto exigido para liquidar a obrigação presente da instituição é reconhecido como um passivo.

Com relação ao risco de crédito de derivativos de balcão, há um controle por contraparte através do cálculo do risco potencial de cada operação (swaps, NDF's, opções, etc) levando-se em conta o valor apropriado até a data mais o stress de mercado calculado menos as garantias depositadas devido à chamada de margem pelo banco.

Para o exercício findo 31 de dezembro de 2012 o montante apurado de Receita de Juros sobre operações com evidência de impairment foi de R\$ 12.931 mil (R\$ 23.740 mil em 2011).

d.2) Provisão para redução ao valor recuperável – Avaliação individualmente significativa

Caso um “ativo individualmente significativo” apresente uma ou mais “evidências objetivas de impairment”, uma provisão é constituída pela diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa estimados.

Nos casos de empréstimos ou recebíveis que forem renegociados ou, mesmo, modificados devido a deterioração da capacidade de pagamento do tomador ou emitente, a mensuração no valor recuperável fará uso da taxa de juros efetiva original antes da modificação dos termos.

Uma vez evidenciado o impairment para uma operação, configura-se o arrasto, ou seja, todas as demais operações do mesmo cliente, bem como as relacionadas ao grupo econômico do qual faz parte, são submetidas a comitê para a análise. A decisão de reconhecimento contábil do impairment é embasada no fluxo de caixa previsto para estas operações.

Para determinar o nível de provisão, os seguintes fatores são geralmente considerados:

- A exposição agregada do Banco ao cliente;
- A viabilidade do modelo de negócio do cliente e a sua capacidade de comercialização com êxito sem dificuldades financeiras, gerando fluxo de caixa suficiente para cobrir suas obrigações;
- A capacidade do cliente em obter, e fazer pagamentos na moeda do empréstimo, se não denominados em moeda local;
- O montante e a data esperada dos recebimentos e cobrança;
- À medida que os compromissos com outros credores têm prioridade na liquidação, e a possibilidade de outros credores continuarem a apoiar a empresa;
- A complexidade em determinar o montante agregado por credor e a classificação de todos os direitos de credores, na medida em que incertezas legais e de seguros são evidentes;
- O valor da garantia e a possibilidade de realizá-la com sucesso;
- A existência de outros créditos mitigadores e a capacidade do cliente em entregar os mitigadores contratualmente acordados; e
- Quando disponível, o preço da dívida cotada em mercado secundário.

O nível de provisões para redução ao valor recuperável dos saldos individualmente significativos, definidos como material é revisado periodicamente. Isto normalmente engloba uma reavaliação de aplicabilidade da execução de garantias mantidas e antecipação de recebimentos.

As provisões para redução ao valor recuperável somente são reduzidas quando há evidências razoáveis e objetivas de alterações favoráveis nas estimativas de perda que foram previamente estabelecidas.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 o montante analisado individualmente foi de R\$ 1.665 mil referente a seis operações de crédito (R\$ 1.601 mil em 2011).

Em 31 de dezembro de 2012 não havia nenhuma garantia atrelada a essas operações.

d.3) Ativos que estariam em prejuízo caso não tivessem sido renegociados

Operações de empréstimos e recebíveis com prazos renegociados correspondem às transações que foram reestruturadas em razão da deterioração da posição financeira dos tomadores, e nos casos em que o Grupo fez acordos e concessões que não consideraria em outras situações. O Valor contábil desses ativos em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 1.332 (R\$ 375 em 31 de dezembro de 2011).

e) Baixa para Prejuízo (Write Off)

Para as situações em que se constata a não expectativa de recuperação dos ativos por parte da entidade, estes ativos são retirados do balanço do Grupo.

Especificamente para “ativos individualmente significativos”, a baixa a prejuízo será decidida com base em critérios julgamentais.

vii. Risco de Liquidez

O risco referente a situações potenciais de diminuição de liquidez também é monitorado pela Área de Risco e acompanhado pelo Comitê de Liquidez do Grupo, que se reúne, no mínimo, mensalmente. Este controle é feito para evitar que o Banco tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados.

Os ativos considerados líquidos e passíveis de comporem a liquidez do banco são formados pelo saldo em reserva e pelos títulos públicos livres, ou seja, não utilizados como lastro de operações compromissadas e não depositados como margem de garantia.

Com relação a risco de liquidez, são monitorados diariamente o limite de caixa mínimo disponível, a partir do Relatório de Posição de Caixa da tesouraria, e o fluxo de caixa projetado através do Relatório de Fluxo de Caixa Projetado. Consideramos como anomalia se o cenário de controle registrar um valor do caixa projetado negativo em até 90 dias, em linha com a resolução 2804 do Banco Central e atualizações posteriores.

O plano de contingência de liquidez possui medidas de curto, médio e longo prazo e é acionado quando o caixa disponível fecha pontualmente abaixo de zero, se ficar abaixo do limite de caixa mínimo e sem perspectiva de retorno a um nível acima do limite para os 15 dias seguintes.

O Comitê de Liquidez analisa, a cada reunião, estratégias de reversão de operações nos mercados derivativos, no intuito de desbloquear títulos utilizados como margem de garantia.

Para a gestão do caixa e do risco de liquidez, são utilizados os seguintes relatórios gerados pela área de risco de mercado e liquidez por sistemas proprietários do Banco Fator:

- Relatório de Posição de Caixa: descrição das principais posições de ativos e passivos da tesouraria cuja variação devido a movimentação financeira sensibiliza o caixa da tesouraria. É utilizado para o acompanhamento da posição e do caixa do banco, explicação de eventual variação do caixa disponível e monitoramento do caixa mínimo. É gerado e enviado diariamente à Tesouraria, aos gerentes das áreas de risco de mercado e liquidez, crédito e back office.

- Relatório de Fluxo de Caixa Projetado: avaliação dos ativos e passivos do banco para os próximos 252 dias úteis levando-se em conta 5 cenários de liquidez com diferentes premissas de antecipação e renovação de captações, atraso e default de crédito, execução de cartas de fiança, resgate de depósitos à vista, ajustes de futuros já faturados pela BM&F, vendas de ações e opções e projeções de despesas operacionais. É utilizado para a gestão do caixa e para o monitoramento de limite de caixa projetado. É gerado e enviado diariamente à presidência do conglomerado Fator, à Tesouraria, à controladoria, e à área de risco de mercado e liquidez.

- Relatório de Acompanhamento Diário de Liquidez: informações do perfil das captações em termos de tipo de produto e faixas de prazo, curva ABC de captação, taxa média de captação, ajustes de BM&F, captação líquida acumulada, caixa disponível e relação de medidas visando aumentar a liquidez. São enviados ao Banco Central semanalmente os relatórios diários para acompanhamento da liquidez do banco.

Nota: Os procedimentos para controle deste risco estão aderentes ao determinado pela Resolução 2804 do Banco Central do Brasil e atualizações posteriores.

31 de dezembro de 2012							
Em milhares de Reais							
	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Ativo:							
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	8.499	-	-	-	-	-	8.499
Instrumentos de dívida	-	5.601	33.529	176.784	401.679	394.457	1.012.049
Instrumentos de patrimônio	150.608	-	-	-	-	-	150.608
Empréstimos e valores a receber:							
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, bruto (nota 5)	87.735	59.723	-	-	-	-	147.458
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	-	839	54.233	14.149	-	-	69.116
Outros empréstimos e recebíveis.	-	48.688	-	-	-	-	48.688
Total do ativo	246.841	114.852	87.762	190.933	401.679	394.457	1.436.419
Passivo:							
Depósitos de instituições financeiras	-	377.512	21.285	-	-	-	398.797
Depósitos de clientes	8.749	15.239	138.646	110.021	58.323	-	328.075
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	13.262	12.606	-	-	-	25.868
Outros passivos financeiros	-	2.510	-	-	-	-	2.510
Total do passivo	8.749	408.522	172.537	110.021	58.323	-	755.250
Diferença (ativo e passivo)	238.093	(293.670)	(84.775)	80.912	343.356	394.457	681.169

31 de dezembro de 2011

	Em milhares de Reais					Total
	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	
Ativo:						
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	4.245	-	-	-	-	4.245
Instrumentos de dívida	-	71.248	754.805	380.698	359.730	1.566.481
Instrumentos de patrimônio	164.136	-	-	-	-	164.136
Empréstimos e valores a receber:						
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, bruto (nota 5)	32.370	59.389	-	-	-	91.759
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	-	8.477	113.396	33.392	12.556	167.821
Outros empréstimos e recebíveis.	-	7.314	-	-	-	7.314
Total do ativo	200.751	146.428	868.201	414.090	372.286	2.001.756
Passivo:						
Passivos financeiros ao custo amortizado:						
Depósitos de instituições financeiras	17	844.509	202	-	-	844.728
Depósitos de clientes	4.020	17.548	155.880	191.881	30.202	399.531
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	75.235	40.036	-	-	115.271
Outros passivos financeiros	-	21.887	-	-	-	21.887
Total do passivo	4.037	959.179	196.118	191.881	30.202	1.381.417
Diferença (ativo e passivo)	196.714	(812.751)	672.083	222.209	342.084	620.339

viii. Riscos das operações de seguros

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Fator Seguradora S.A (Seguradora).

Entendemos ainda que a atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e também em função da globalização dos negócios. Por essa razão as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas que são devidamente adaptadas à nossa realidade.

Risco é a incerteza inerente aos ganhos e perdas que podem ocorrer como resultado das decisões exigidas por toda a organização. Está relacionado à escolha, não ao acaso e a Gestão de Riscos é o enfoque estruturado que alinha estratégia, processos, pessoal, tecnologia e conhecimento, com o objetivo de avaliar e gerenciar essas incertezas como forma de criação de valor.

A crise econômica mundial transformou a gestão de riscos em uma das grandes prioridades de muitas empresas e governos. Representa um dos pilares da Política de Governança, iniciou-se já na criação da companhia em 2008 e foi consolidada no final de 2010 após a implantação de melhorias nos processos e tecnologia.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade aperfeiçoar o desempenho de uma companhia e proteger os stakeholders, a exemplo de acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor à empresa e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas.

Nesse contexto, o Processo de Gerenciamento de Riscos da Seguradora conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação dos riscos.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com, políticas, comitês com funções específicas e estrutura diretiva dedicada, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos, voltados a estas atividades.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de Controles Internos e Compliance (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.

A Seguradora está exposta aos seguintes riscos proveniente de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros, sendo eles Risco de seguro, Risco de crédito, Risco de liquidez, Risco de mercado e Risco operacional.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos da Organização permite que esses riscos sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

a) Risco de Seguro

O gerenciamento de risco de seguros é um aspecto crítico no negócio. Em linhas gerais, consiste na aplicação da teoria da probabilidade aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. O principal risco é que a frequência e severidade de sinistros seja maior do que o estimado.

Risco de seguro é o risco em que o tomador transfere para o subscritor, no caso a Fator Seguradora, o risco de ocorrência do sinistro sobre o objeto segurado. Os principais riscos abrangidos nos contratos de seguros são representados por: custo dos sinistros em contrapartida ao montante global de prêmios recebidos.

Riscos de seguros são controlados através de políticas internas que estabelecem procedimentos observando as determinações específicas dos requisitos regulamentares. Todos os processos envolvidos estão mapeados com os fluxos das atividades da Fator Seguradora.

Para isso a Seguradora foca em dois tipos de estratégias:

Estratégia de subscrição

O Risco de Subscrição é oriundo de uma situação econômica adversa, que contraria tanto as expectativas da Seguradora no momento da elaboração de sua política de subscrição, quanto às incertezas existentes na estimativa das provisões.

A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

A subscrição é fundamental para que a Seguradora seja capaz de alcançar dois principais objetivos:

- Fornecer cobertura de seguro; e
- Obter um lucro operacional.

Estratégia de resseguro

Como forma de reduzir o risco foi definida a política de resseguro, a qual é revisada, no mínimo, anualmente. Dessa definição constam: os riscos a ressegurar, lista dos resseguradores e grau de concentração.

Os contratos de resseguro firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir a exposição a riscos isolados, além de termos facultativos para determinadas circunstâncias.

Ramo	Tipo de Resseguro	Modalidade de Contrato	Cobertura	
			Prioridade	Faixa
0775 (Garantia Segurado - Setor Público) - Riscos Financeiros	Não proporcional	Resseguro - Excesso de Danos	1.500	83.500
0776 (Garantia Segurado - Setor Privado) - Riscos Financeiros	Não proporcional	Resseguro - Excesso de Danos	1.500	83.500
0167 (Riscos de Engenharia) - Patrimonial	Não proporcional	Resseguro - Excesso de Danos	1.000	31.000
0196 (Riscos nomeados e operacionais) - Patrimonial	Não proporcional	Resseguro - Excesso de Danos	1.000	31.000
0310 (R.C. Administradores e Diretores D&O) - Responsabilidades	Não proporcional	Resseguro - Excesso de Danos	1.000	3.000
0378 (R.C. Profissional) - Responsabilidades	Não proporcional	Resseguro - Excesso de Danos	1.000	3.000

A Seguradora trabalha basicamente com três grandes grupos de seguros: seguro de danos, seguro de responsabilidades e seguros financeiros. Dentro destes grupos temos:

- Seguros de riscos patrimoniais - Este seguro oferece cobertura básica para danos causados por incêndios, queda de raios e explosão causada por gás empregado no uso doméstico (quando não gerado nos locais segurados) e suas consequências tais como desmoronamento, impossibilidade de proteção ou remoção de salvados, despesas com combate ao fogo, salvamento e desentulho do local.
- Seguros de riscos de engenharia - Este seguro dá cobertura a vários riscos decorrentes de falha de engenharia nas suas diversas etapas. Existem várias modalidades deste seguro, cada qual com explicitação dos riscos cobertos: Instalação e Montagem, Obras Cíveis em Construção, Quebra de Máquinas, entre outros.
- Seguros de responsabilidades - Os contratos de seguros de responsabilidades asseguram ao segurado uma compensação na ocorrência de prejuízos, podendo abranger inclusive seus empregados e clientes. Os principais riscos relacionam-se a danos corporais e materiais. O Seguro de responsabilidade inclui, entre outros, responsabilidade geral/pública e de produto, responsabilidade de conselheiros e diretores, responsabilidade por erros e omissões e responsabilidade por cancelamento de eventos.

- Seguros financeiros – Inclui o Seguro Garantia, anteriormente denominado Seguro Garantia de Obrigações Contratuais (GOC). É um seguro utilizado por órgãos da administração direta e indireta (federais, estaduais e municipais), públicos e privados, que devem exigir garantias de manutenção de oferta (em caso de concorrência) e de fiel cumprimento dos contratos e também para as empresas privadas que, nas suas relações contratuais com terceiros (fornecedores, prestadores de serviços e empreiteiros de obras), desejam garantir-se contra o risco de descumprimento dos contratos.

Ramos	Prêmios Emitidos		Resseguros Cedidos		Percentual Ressegurado	
	Dez/12	Dez/11	Dez/12	Dez/11	Dez/12	Dez/11
Riscos de engenharia	21.957	40.234	20.726	38.729	94,39	96,26
Riscos diversos	-	904	-	899	-	99,45
Riscos nomeados e operacionais	5.475	9.124	4.911	8.771	89,70	96,13
RC de administradores e diretores(D&O)	1.260	1.334	1.055	1.187	83,73	88,98
RC Profissional (E&O)	75	-	55	-	73,33	-
R.C.Geral	519	584	499	392	96,15	67,12
DPVAT	34.664	32.846	-	-	-	-
Garantia financeira	5	359	4	282	80,00	78,55
Garantia de obrigações privadas	1.064	140	900	(60)	84,59	(42,86)
Garantia de obrigações públicas	1.976	2.550	1.589	2.140	80,41	83,92
Garantia de concessões públicas	811	7	692	4	85,33	57,14
Garantia judicial	(2.866)	(3.712)	(2.461)	(2.967)	85,87	79,93
Garantia segurado-setor público	35.689	49.497	29.179	40.695	81,76	82,22
Garantia segurado-setor privado	22.037	52.955	17.873	43.593	81,10	82,32
Acidentes pessoais-coletivos	-	37	-	37	-	100,00
Total bruto de riscos vigentes não emitidos, comissões e despesas diferidas	122.666	186.859	75.022	133.702		
Prêmios de riscos vigentes não emitidos	(8.112)	14.852	-	-		
Prêmios de riscos vigentes não emitidos - Resseguros cedidos	-	-	(5.378)	9.990		
Comissões sobre resseguros cedidos	-	-	(21.789)	(39.747)		
Variações das despesas de resseguros	-	-	5.172	(56.405)		
Total líquido de riscos vigentes não emitidos, comissões e despesas diferidas	114.554	201.711	53.027	47.540		

O gerenciamento dos riscos destes seguros é administrado principalmente, pela precificação, seleção de riscos e resseguro. Há monitoramento e reação de forma tempestiva às mudanças nos ambientes econômicos e comerciais, assegurando um alto padrão de análise e aceitação de riscos. Os departamentos técnicos monitoram e avaliam a exposição de risco sendo responsáveis pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e provisões técnicas de seguros e resseguros.

O montante de sinistros a liquidar em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 20.052 (R\$ 24.237 em 2011) e refere-se ao ramo DPVAT (R\$ 17.256 em 2012 e R\$ 20.727 em 2011), sinistros em processos judiciais que estão sendo administrados em conjunto com advogados, remanescentes do antigo controlador (R\$ 487 em 2012 e R\$ 935 em 2011), e sinistros das operações atuais da Seguradora (R\$ 2.309 em 2012 e R\$2.575 em 2011).

b) Risco de Crédito

Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora.

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's entre outras. Além disso, a Seguradora possui seu próprio modelo de avaliação do risco de crédito com resseguradoras.

O objetivo do modelo interno de avaliação do risco de crédito com resseguradoras é avaliar a empresa sob uma perspectiva puramente financeira. Este modelo permite o uso de demonstrações encerradas da empresa para elaborar projeções de balanço, demonstração do resultado e fluxo de caixa, bem como um conjunto de indicadores econômicos e financeiros projetados. O modelo estabelece um rating de risco compilando todos os indicadores necessários para a avaliação da empresa sob a ótica do acordo de Basiléia II inclusive.

A Seguradora adota política de gerenciamento das exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser usadas, e o impacto de eventual inadimplemento das resseguradoras é avaliado regularmente.

c) Risco Operacional

A Seguradora define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, erros e omissões pelos colaboradores, sistemas de informações inadequados ou falhos, extrapolação de autoridade dos colaboradores, desempenho insatisfatório, falhas na adoção dos critérios de subscrição, fraudes e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios.

A Seguradora optou pela contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de controles internos e processos, a qual é responsável pela identificação dos riscos e auxílio aos departamentos técnicos, responsável em conjunto pela formalização de processos, controles e sistemas de controles internos. Objetiva auxiliar na gestão dos negócios, promovendo visão gerencial de riscos, maior dinamismo e segurança nas operações de seguros, contribuindo para um melhor desempenho da Seguradora perante o mercado.

d) Riscos Financeiros

Os negócios de seguros estão expostos a uma variedade de riscos financeiros, incluindo risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A natureza e o gerenciamento desses riscos estão descritos abaixo.

O quadro a seguir analisa os ativos mantidos pela Seguradora, em 31 de dezembro de 2012, por tipo de contrato, e proporciona uma visão panorâmica da exposição ao risco financeiro:

Aplicações financeiras	2012				2011			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor justo	Valor de custo	Valor contábil
I. Ativos financeiros designados ao valor justo	34.557	6.298	3.416	149.528	193.799	193.799	192.329	215.823
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	3.416	-	3.416	3.416	3.417	-
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	77.863	77.863	77.863	76.383	115.017
Notas do Tesouro Nacional	-	3.519	-	-	3.519	3.519	3.519	-
Debêntures	-	-	-	6.210	6.210	6.210	6.219	12.138
Fundos de investimentos - abertos	46	-	-	-	46	46	46	43
Certificado de recebíveis imobiliários - CRI	-	-	-	26.459	26.459	26.459	26.459	26.719
Fundo de Investimento em direito creditório - FIDC	-	-	-	6.787	6.787	6.787	6.787	8.094
Fundo de Investimento - DPVAT	33.137	-	-	-	33.137	33.137	33.137	30.973

Fundos exclusivos	1.374	2.779-	-	32.209	36.362	36.362	36.362	22.839
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	1.556
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	19.378
Debêntures	-	-	-	32.209	32.209	32.209	32.209	1.905
Ações de Companhias abertas	1.374	-	-	-	1.374	1.374	1.374	-
Notas do Tesouro Nacional	-	2.779	-	-	2.779	2.779	2.779	-
Total	34.557	6.298	3.416	149.528	193.799	193.799	192.329	215.823

As subsidiárias de seguros estão expostas a riscos financeiros, como por exemplo, quando as receitas provenientes das vendas de seguros não são suficientes para financiar as obrigações decorrentes de contratos de seguros. Certas atividades relacionadas com seguros realizadas por subsidiárias do Grupo como corretagem de seguros, gerenciamento de seguros estão expostos a riscos financeiros, mas não de forma significativa, tendo em vista que a Seguradora mantém ativos financeiros acima de todos os limites mínimos estabelecidos pelo órgão regulador.

Os procedimentos de gestão de risco que refletem as condições locais de mercado e os requerimentos regulatórios são considerados pelas subsidiárias em adição as políticas aplicadas globalmente através do manual de instruções do Banco Fator.

A tabela demonstra que aproximadamente 45,19 por cento dos ativos financeiros foram investidos em títulos públicos em 31 de dezembro de 2012 (62,99 por cento em 31 de dezembro de 2011).

Os ativos mantidos para suportar os passivos dos produtos de seguros representam 53,45 por cento do total de ativos financeiros da Seguradora em 31 de dezembro de 2012 (51,86 por cento em 31 de dezembro de 2011).

Risco de Mercado

Produtos de seguros comercializados pela Seguradora tipicamente incluem características ou combinações de características que podem não ser facilmente ou exatamente replicadas para os investimentos. O risco de mercado surge quando ocorrem descasamentos entre passivos e investimentos financeiros que os apoiam; por exemplo, descasamentos entre vencimentos e rendimentos de ativos e passivos originados pelo risco de taxa de juros.

Gerenciamento do risco de mercado

A entidade de seguro do Grupo gerenciam seus riscos de mercado utilizando as seguintes técnicas:

- A Seguradora com base nos seus passivos de curto prazo e reservas técnicas concentra parte substancial de seus investimentos em títulos públicos, que têm fácil liquidez no mercado;
- A Seguradora faz uso de contratos financeiros derivativos com o intuito de proteger suas posições ativas, basicamente LTN's, de flutuações adversas nas taxas de mercado (Hedge);
- A Seguradora acompanha todos os investimentos, gerenciando sua rentabilidade e variações de mercado.

O risco de mercado e liquidez associados à utilização de derivativos também é controlado pela Central de Riscos e "Compliance" do Banco Fator S.A., sendo um departamento autônomo que presta serviços internamente para todas as unidades de negócios das empresas do Banco Fator, calculando e gerenciando os riscos a que as mesmas possam estar sujeitas.

O controle de risco de mercado faz parte das atribuições da Central de Riscos e Compliance, assim como o risco operacional, de liquidez, de crédito e legal (este último controlado em conjunto com o departamento jurídico). As técnicas utilizadas para controle de risco de mercado são:

- “Value at Risk (VaR)” - procedimento estatístico que determina um intervalo de variação para o valor de “portfólio”, dada uma determinada confiança estatística e um intervalo de tempo;
- “Stress Testing” - procedimento que consiste em aplicar testes ao “portfólio”, oriundos de cenários pré-definidos (otimistas e pessimistas), recalculando-o em seguida, para observar o impacto advindo desses testes. Os testes podem ser obtidos de crises passadas, de comportamento possível, mas não provável futuro e de cenários já definidos pelos responsáveis pela “Clearing” de ativos da BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e disponíveis ao mercado;
- “Stop Loss” - procedimento que exige a zeragem de posições deficitárias acumuladas a partir de determinado volume de perdas acumuladas em um intervalo de 21 dias úteis.

As operações dos instrumentos financeiros derivativos são custodiadas, registradas e negociadas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, na CETIP - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e na CBLIC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia, instituições de “Clearing” de alta confiabilidade e renome no mercado brasileiro.

Risco de Liquidez

É característica inerente a quase todos os contratos de seguro que exista incerteza sobre os montantes dos passivos reclamados que possam surgir e o período de sua liquidação e isso leva ao risco de liquidez.

Existem três aspectos a serem considerados no risco de liquidez. O primeiro deles nasce em condições normais de mercado e refere-se ao risco de liquidez, especificamente, a capacidade de obter caixa suficiente para cumprir o pagamento das obrigações, quando necessário. Em segundo lugar, o risco de liquidez de mercado ocorre quando um ativo não pode ser liquidado pelo valor aproximado de mercado. Finalmente, há o risco de liquidez padrão, que se refere a capacidade de satisfazer as condições de pagamento em situações anormais.

As principais saídas de caixa decorrentes de passivos reclamados são das seguintes fontes:

- Entrada de caixa oriundo de prêmios de novos negócios, renovação de apólices e prêmios de produtos recorrentes;
- Entrada de caixa decorrente de juros e dividendos de investimentos e reembolso de principal no vencimento de títulos de dívidas;
- Recursos do caixa; e
- Entrada de caixa proveniente da venda de investimentos.

As subsidiárias de seguros do Grupo gerenciam o risco de liquidez utilizando-se das seguintes técnicas:

- Aplicando em investimentos com boa qualidade de crédito em mercados ativos e líquidos para o grau que se propõem; e

- Monitorando a concentração de investimentos.

Cada uma dessas técnicas contribui para mitigar os três tipos de risco de liquidez detalhados acima.

A Seguradora possui um comitê de investimentos que se reúne periodicamente, com o objetivo de avaliação dos investimentos. O risco de liquidez é avaliado pelo comitê que, determina a permanência ou a mudança da política de investimentos.

46. Reconciliação entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e as normas internacionais de contabilidade (IFRS)

A reconciliação entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as normas internacionais de contabilidade (IFRS) está apresentada abaixo.

a) Reconciliação das diferenças entre BR GAAP e IFRS em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Em milhares de Reais

	Nota	2012		2011	
		Patrimônio		Patrimônio	
		Resultado	Líquido	Resultado	Líquido
Saldos em BR GAAP		19.446	427.532	(13.900)	409.403
Impairment no resultado	b.v	343	303	102	(40)
Reclassificação de TVM	b.iii	3.330	-	(3.330)	-
Provisão complementar de prêmios	b.vii	-	-	295	-
Reversão de baixa do ágio	b.viii	-	3.196	-	3.196
Taxa efetiva de juros	b.vi	(1.610)	(2.292)	136	(682)
Valor Justo de Ativos Financeiros	b.iv	-	-	-	211
Efeito de variação cambial	b.i	-	-	17	-
Resultado - Reclasificação do FIP	b.ix	(6.315)	-	6.315	6.315
Ajuste de impostos diferidos	b.ii	1.700	(483)	(1.415)	(3.600)
Saldos em IFRS		16.894	428.256	(11.780)	414.803

b) Sumário das principais diferenças entre BR GAAP e IFRS

b.i) Conversão de operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são convertidas na data de balanço pelas taxas de câmbio (PTAX) divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

De acordo com o IAS 21, as conversões de transações denominadas em moedas estrangeiras devem ser efetuadas pela taxa à vista da moeda. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional pela taxa de câmbio de fechamento em cada data base de preparação de demonstrações financeiras, sendo utilizada a cotação de “compra” para ativos e de “venda” para passivos.

b.ii) Efeito fiscal sobre os ajustes de IFRS

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de ágios, reconhecimento inicial de um passivo originado ou ativo adquirido que não se qualifica como uma combinação de negócios e que na data da transação não afeta o resultado e não afeta o lucro (ou perda) para fins fiscais.

Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos calculados sobre os ajustes de IFRS foram refletidos na reconciliação.

b.iii) Reclassificação de instrumentos financeiros

Em 2011, o Banco Fator, visando o aumento de liquidez preventiva, decidiu reclassificar uma posição de aplicações em Letras do Tesouro Nacional da categoria “mantidos até o vencimento” para a categoria “disponível para negociação”, obtendo um resultado de marcação a mercado de R\$3.330 no BRGAAP.

De acordo com o IAS 39, parágrafo 51, a reclassificação de ativos financeiros classificados como “mantidos até o vencimento” pode ser realizada apenas para a categoria “disponível para venda”. Em função disso, o resultado de R\$3.330 foi reclassificado, para fins de IFRS, para o patrimônio líquido.

Em 2012, todos os títulos reclassificados no exercício de 2011 foram liquidados. Dessa forma, o ajuste realizado em 2011 foi estornado e o saldo de R\$ 3.330 foi reconhecido no resultado do exercício.

b.iv) Investimentos avaliados pelo custo

O IFRS define que os investimentos onde haja influência significativa sejam contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Investimentos que não caracterizam influência significativa devem ser tratados como instrumentos financeiros e classificados de acordo com a IAS 39 (a valor justo contra o resultado ou disponíveis para venda).

As aplicações em cotas Funcine, foram reclassificadas para a categoria de ativos financeiros disponíveis para venda e posteriormente valorizados a valor de mercado conforme definido no IAS 39.

b.v) Impairment de ativos financeiros

Conforme requerimentos do IAS 39 foram avaliados os instrumentos financeiros quanto à existência de evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros esteja sujeito a perda no valor recuperável.

Quando identificado evidência objetiva de deterioração do ativo, foi mensurada a perda de valor recuperável do ativo como a diferença entre a quantia contabilizada do ativo considerando os critérios estabelecidos pela Resolução Bacen nº2682, que dispõe sobre critérios para constituição de provisão para devedores duvidosos, e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado pela taxa de juros original do ativo financeiro.

b.vi) Taxa efetiva de Juros

De acordo com os pronunciamentos sobre instrumentos financeiros e receitas do IASB, a IAS 39 e a IAS 18, o método de custo amortizado, aplicado a uma parte dos instrumentos financeiros, conforme sua classificação consiste em valor original, menos as amortizações do principal, mais juros calculados com base na taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é calculada com base no fluxo de caixa livre da operação, computando-se todos os custos e as receitas na originação dos contratos, tais como:

- Comissões pagas a correspondentes bancários.
- Receitas de abertura de crédito e taxas diversas cobradas por ocasião da geração dos contratos.
- Custos operacionais diretamente relacionados a efetivação dos contratos, captações, documentação, pesquisas e análise para aprovação inicial de crédito.
- Comissões de estruturação provenientes de originação de operações registradas no balanço do Banco.

Em outros termos, a taxa efetiva de juros (TEJ) é a taxa que efetivamente desconta o fluxo de caixa esperado na operação (pagamentos/recebimentos) ao montante inicial do ativo e/ou passivo financeiro, incluindo comissões pagas ou recebidas pelo banco e custos de originação e captação (initial amount).

O Banco Fator possui ativos financeiros que para serem originados geraram pagamentos de comissões de estruturação. No BRGAAP essas comissões foram reconhecidas diretamente como despesa no resultado, mas no IFRS elas passaram a fazer parte do fluxo das operações originadas, alterando suas taxas efetivas e resultando no ajuste divulgado.

b.vii) Provisão Complementar de Prêmios

De acordo com os aspectos regulatórios da SUSEP, a Provisão Complementar de Prêmio – PCP é constituída com o objetivo de complementar a Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, em acordo com a legislação vigente. A estimativa desta provisão é feita por ramo, tem como base de cálculo as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial retido. A Companhia apura o valor da provisão como a diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores apurados diariamente no mês de constituição e a PPNG constituída.

b.viii) Reversão de baixa do ágio sobre a Fator Seguradora

O Banco realizou durante o exercício de 2010 (BRGAAP) a amortização total do ágio apurado sobre a aquisição de participação na Fator Seguradora S.A. devido ter alcançado o resultado futuro projetado quando da constituição do ágio.

De acordo com o pronunciamento IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o ágio somente poderia ser baixado através de teste anual de recuperabilidade que demonstrasse que o valor contábil da unidade geradora de caixa ao qual está alocado o ágio fosse superior ao valor contábil.

b.ix) Resultado – Reclassificação do FIP (Fundo de Investimento em Participações)

O Banco Fator possui registrado em suas demonstrações financeiras em BRGAAP uma aplicação em cotas de um fundo de investimento em participações (FIP). Através de operações de opções de compra (possuídas pelo vendedor da participação atualmente registrada no FIP) e opções de venda (possuídas pelo FIP), é praticamente certo que a participação registrada no FIP será recomprada pelo vendedor dessa participação.

Levando em consideração a essência da operação descrita acima, a mesma caracteriza-se como um empréstimo ao vendedor da participação. Assim, para o exercício de 2011 foi realizada a reclassificação do investimento em cotas do fundo de participação para a rubrica “empréstimos e adiantamentos a clientes”. A operação registrada no BRGAAP pelo custo passou a ser reconhecida no IFRS pelo custo amortizado, gerando no resultado (rubrica “receitas com juros e similares”) um ajuste de R\$ 6.315 mil que corresponde à apropriação dos juros pelo regime de competência. O valor presente da operação corresponde ao valor presente do preço de exercício das opções de compra ou de venda (valor que o Banco Fator receberá no exercício das opções).

Durante o exercício de 2012 a aplicação em cotas de FIP foram liquidadas e o ajuste IFRS apurado anteriormente foi estornado.